



15
ANOS

Relatório Anual 2016

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação - MCTIC

Presidente

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Gerson Gomes

Gestor Administrativo

Edmundo Taveira Pereira

Composição do Conselho de Administração em 2016

Membros Natos

ABC

Eduardo Moacyr Krieger (Presidente do Conselho)

CNA

Alysson Paolinelli

MEC

Abílio Afonso Baeta Neves

Carlos Afonso Nobre (Até 09/08/2016)

Sebrae

Célio Cabral de Sousa Júnior

SBPC

Helena Bonciani Nader

BNDES

Helena Tenório Veiga de Almeida

CNPq

Mário Neto Borges

Hernan Chaimovich Guralnik (Até 26/10/2016)

Finep

A Instituição não formalizou a representação no Conselho de Administração no ano de 2016.

MDIC

Marcos Vinícius de Souza

CNI

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

MCTI

Rogério César de Cerqueira Leite

Membros Eleitos

Representante dos Associados

Evando Mirra de Paula e Silva

Consecti

Francilene Procópio Garcia

Foprop

Isac Almeida de Medeiros

Anprotec

Francisco Saboya Albuquerque Neto

Jorge Luis Nicolas Audy (Até 28/01/2016)

Abipti

Júlio César Félix

Julio Cezar Rodrigues Martorano (Até 18/07/2016)

Confap

José Antônio Bof Buffon

Mario Neto Borges (Até 03/11/2016)

Dieese

Nelson de Chuery Karam (Representante dos trabalhadores)

Anpei

Raimar Van Den Bylaardt

Ronald Martin Dauscha (Até 14/09/2016)

Representante do Empresariado Nacional

Pedro Wongtschowski

SUMÁRIO

1. Apresentação	7
2. A Organização Social em 2016.....	10
3. Destaques da execução do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão	12
3.1 Projetos concluídos em 2016	12
3.1.1 Recursos Humanos para CTI	12
3.1.2 Agenda positiva da Mudança de Clima e do Desenvolvimento Sustentável	12
3.1.3 Iniciativa Latino-americana e Caribenha de C&T para o combate à desertificação – AridasLAC.....	13
3.1.3 Desenvolvimento e aperfeiçoamento da família de ferramentas “Insight”	14
3.1.4 Sistema Integrado para o gerenciamento das informações programáticas e administrativas.....	16
3.1.5 Project Management Office - Gestão de Projetos.....	16
3.1.6 Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	17
3.2 Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão.....	18
4. Contratos Administrativos	20
4.1 Prospeção tecnológica no setor de energia elétrica (ANEEL)	20
4.2 Subsídios para a Agenda Nacional de Pós-Graduação	22
4.3 Cidades sustentáveis - Piloto Brasília	25
4.4 Desdobramento do Projeto GRIPEN NG	26
4.5 Estado do Setor de Celulose	27
4.6 Apoio à edição de um livro sobre a seca no Nordeste	28
5. Eventos	29
6. Relatório Administrativo e Financeiro Anual - 2016	35
6.1 Receitas.....	36
6.1.1 Dos Recursos dos Contratos Administrativos.....	37
6.1.2 Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados.....	40
6.1.3 Dos Recursos do Contrato de Gestão	41
6.1.4 Recursos de Aplicações Financeiras e Outros	42
6.1.5 Da Consolidação das Receitas	43
6.2 Dispêndios.....	44
6.2.1 Dos dispêndios realizados em 2016.....	45
6.3 Demonstrativo consolidado do resultado do exercício por tipo de contrato.	46
6.4 Da Movimentação Financeira dos Recursos	48

6.5 Da Evolução dos Números.....	49
Anexos.....	51

1. Apresentação

Este Relatório Final 2016 apresenta os principais avanços feitos pelo CGEE no ano de 2016, tanto no que se refere às ações fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado assim com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) assim como nos trabalhos realizados por meio de contratos administrativos firmados pelo Centro com instituições de CT&I do Brasil e do exterior.

Tratou-se, assim como 2015, de um ano bastante difícil para a Organização Social, por conta dos desdobramentos da crise política e fiscal enfrentada pelo País e de suas repercussões no SNCTI. No caso dos trabalhos conduzidos no âmbito do Contrato de Gestão o Centro concentrou-se no pleno cumprimento das metas inscritas no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o que foi efetivamente conseguido. Isso só foi possível como resultado de ajustes significativos no quadro de empregados do CGEE e pela substantiva redução das despesas de manutenção e operação. Adicionalmente, houve expressivo ganho de eficiência na condução de ações finalísticas, por meio da adoção de ferramentas modernas de apoio à análise de dados e informações relacionados com os estudos conduzidos pelo Centro, compondo serviços de inteligência em CTI de ampla utilização em estudos de futuro e de avaliação estratégica.

Destaques dos trabalhos do Contrato de Gestão incluem a sequência de estudos sobre recursos humanos em CTI, em particular o lançamento do estudo Mestres e Doutores 2015, no encontro anual da SBPC a avaliação feita sobre a empregabilidade dos egressos de cursos do programa PIBIC, coordenado pelo CNPq, conduzido em parceria com a Unesp. Os produtos das rotinas de observação sobre tecnologias de interesse para o programa espacial brasileiro revelaram oportunidades ímpares para o desenvolvimento da indústria brasileira a partir da construção e lançamento de pequenos satélites (*Cubesats*), cumprindo missões de diferentes e variadas naturezas, especialmente em um país com a dimensão territorial do Brasil. Os estudos do CGEE nos temas de mudanças climáticas e desertificação alcançaram repercussão internacional, com destaque para o lançamento da Plataforma para o Biofuturo, iniciativa do Brasil e de demais países aderentes, ocorrido no Pavilhão do Marrocos na COP 22, em Marrakesh (16 de

novembro), iniciativa que mereceu do Ministro José Serra uma referência elogiosa indicando que a Plataforma foi um dos maiores êxitos da diplomacia brasileira em 2016.

No caso dos contratos administrativos, destaca-se a entrega dos produtos finais relacionados com o projeto contratado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com insumos para a elaboração da nova agenda nacional de pós-graduação que incluíram: um mapa de temas estratégicos a serem considerados pelos cursos de pós-graduação nas 49 áreas de avaliação gerenciadas pela Capes; um amplo conjunto de informações sobre a empregabilidade dos egressos da pós-graduação no Brasil; um abrangente diagnóstico sobre a produção científica realizada no âmbito das 49 áreas de avaliação da pós-graduação; um mapa do compartilhamento de docentes nos cursos de pós-graduação no âmbito das IES credenciadas pela Capes; e um diagnóstico sobre o tempo dispendido pelos coordenadores de curso em atividades administrativas. O estudo prospectivo sobre oportunidades de P&D de interesse para as empresas do setor elétrico realizado em estreita articulação com a Aneel e 10 empresas do setor, teve continuidade em 2016 e apresentou os seus primeiros diagnósticos setoriais. Esse contrato abriu espaço para amplas interações entre a equipe técnica do Centro e especialistas nas áreas de produção de energia elétrica, importante legado para a instituição em termos das informações registradas em atas de reunião, nas notas técnicas produzidas e nos demais levantamentos realizados pelo CGEE.

Ainda no que se refere a contratos administrativos, ressalta-se a continuidade da preparação do projeto Observatório de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, cuja proposta final foi apresentada ao GEF (Banco Mundial), com investimentos no Centro da ordem de US\$ 3,500,000.00 em cinco anos, valendo-se da experiência adquirida do CGEE em estudos anteriores nessa área, realizados em estreita parceria com o MCTIC e ações conduzidas em Recife, Brasília e São Paulo. Esse projeto tem seu início no CGEE marcado para se iniciar em meados de 2017.

Este Relatório destaca ainda os resultados obtidos em outros três contratos administrativos menores, dois deles demandados por instituição sueca (Growth Analysis), um para que se possa avançar na análise dos desdobramentos potenciais esperados para a economia brasileira do projeto de aquisição e desenvolvimento do

caça Gripen NG e outro voltado para o estreitamento dos laços entre as instituições brasileiras e suecas para realização de estudos de interesse dos dois países na área de produção de celulose, no que tange às questões de inovação e políticas públicas. Outro estudo diz respeito à contratação do CGEE pelo Banco Mundial para o apoio à edição de publicação abrangente sobre a seca no Nordeste brasileiro, dada a larga experiência que o Centro desenvolveu na realização de estudos e eventos, nacionais e internacionais, sobre esse tema.

Os resultados alcançados pelo CGEE em 2016, principalmente aqueles inseridos no Plano de Ação do Contrato de Gestão, só foram possíveis em um ano de forte restrição financeira pelo forte comprometimento da equipe de colaboradores do CGEE, pelo apoio decisivo do Conselho de Administração, a quem agradecemos na pessoa do seu Presidente, Eduardo Moacyr Krieger, e pela retomada do diálogo construtivo com a alta administração do MCTIC, em particular com o próprio ministro Gilberto Kassab.

A direção do Centro e seus colaboradores depositam nessas instâncias as suas convicções acerca da importância da missão do CGEE para o SNCTI. Vislumbra-se, assim, uma nova etapa de realizações, a serem construídas no âmbito de um terceiro ciclo do contrato de gestão, ou ainda por demandas específicas contratadas junto instituições do SNCTI.

Mariano Francisco Laplane

Presidente do CGEE

2. A Organização Social em 2016

No ano de 2016 o CGEE enfrentou enormes desafios relacionados à crise política e econômica enfrentada pelo País. Os desdobramentos da crise no âmbito do SNCTI demandaram uma resposta ágil da direção e do Conselho de Administração do Centro.

No que tange ao Contrato de Gestão, as restrições orçamentárias enfrentadas pelo órgão supervisor e a demora na entrada dos recursos financeiros pendentes dos anos de 2014 e 2015 provocaram uma reavaliação do planejamento aprovado na reunião do Conselho de Administração no início de 2016. Optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, em particular aqueles que compõem o conjunto de Atividades aprovadas pelo Conselho de Administração. Houve substancial redução dos custos operacionais e de manutenção, inclusive com cortes muito significativos no quadro de colaboradores do Centro que atingiram, em alguns casos, profissionais de ampla folha de serviços prestados ao SNCTI. A constatação da existência de dificuldades administrativas incontornáveis para a negociação de um novo ciclo, em tempo hábil, motivou a assinatura do 10º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no mês de junho, prorrogando por um ano o prazo de vigência do Contrato vigente.

O 11º Termo Aditivo que pactuou o Plano de Ação de 2016 foi assinado apenas no mês de dezembro, mas todas as metas estabelecidas nesse instrumento foram atingidas. Isso só foi possível por conta da progressiva entrada dos recursos financeiros pendentes de anos anteriores, da utilização de recursos financeiros existentes no Centro e da mobilização parcial da reserva técnica. Embora tardia, a assinatura do 11º Termo Aditivo materializou dois avanços importantes. De um lado, a retomada de um diálogo construtivo com a alta administração do órgão supervisor e, de outro, o relacionamento mais estreito com o MEC que, além de aportar recursos, transformou-se em interveniente no Contrato de Gestão.

As iniciativas de divulgação das competências técnicas acumuladas no Centro, iniciadas em 2015, geraram demandas que se traduziram na assinatura de diversos contratos administrativos com atores do SNCTI, como as empresas do setor elétrico e a CAPES, e outras entidades como o Banco Mundial e a agência sueca Growth

Analysis. Outros atores manifestaram também interesse em se aproximarem mais do Centro, como o Ministério da Defesa, a EMBRAPA e a Agência Espacial Brasileira.

Paralelamente aos esforços para superar a crise, foi desenvolvido intenso trabalho de reflexão, de experimentação e de implementação de novas modalidades de organização e de execução das ações, com vistas a incrementar rapidamente a eficiência dos trabalhos conduzidos pelo Centro, contribuindo dessa forma para a redução de custos. Trataram-se, também, de ações com o intuito de preparar o Centro para melhor atender às Diretrizes Estratégicas do Plano Diretor aprovado pelo Conselho de Administração para o novo ciclo do Contrato de Gestão. Foram ensaiadas novas formas de organizar o trabalho, estabelecidos novos processos gerenciais e desenvolvidas novas ferramentas. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a família Insight de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos. As competências acumuladas colocam o CGEE em posição de destaque no uso de ferramentas eletrônicas e de Big Data no apoio da formulação e da avaliação de políticas de CTI no País.

As marcas das perdas sofridas pelo CGEE no ano passado, no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, devem continuar visíveis nos próximos anos. O Centro, porém, encara o futuro imediato com uma expectativa positiva de recuperação gradual. Esta visão apoia-se na percepção de que o SNCTI alcançou uma escala e um grau de complexidade que exigirão crescente capacidade de antecipação de desafios e de coordenação de iniciativas. Os recursos técnicos e humanos acumulados no CGEE no ciclo que se encerra do Contrato de Gestão fazem com que o Centro tenha contribuições significativas para dar nessa direção.

A despeito das dificuldades enfrentadas no ano de 2016 o Centro conta hoje com competências que o habilitam para oferecer um aporte expressivo no apoio à formulação, execução e avaliação de políticas públicas num ambiente complexo, em mutação e de elevada complexidade. As diretrizes estratégicas do Plano Diretor, debatidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, apontam nessa direção. Esperamos que o aprofundamento do diálogo construtivo com a alta administração do MCTIC e do MEC, assim como com outros atores do SNCTI se traduzam no

futuro próximo em iniciativas concretas que permitam que o SNCTI possa se beneficiar da contribuição potencial do CGEE em prol do desenvolvimento do País.

3. Destaques da execução do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão

3.1 Projetos concluídos em 2016

3.1.1 Recursos Humanos para CTI

Ao final de 2016 o CGEE concluiu, em estreita parceria com a Unesp e o CNPq, avaliação do Programa de Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), com foco nos aspectos que tratam de sua influência na trajetória de formação pós-graduada e na inserção profissional dos egressos desse Programa. A partir do conjunto de resultados gerados foi elaborado um relatório resumido com os principais achados, que será entregue e discutido com a direção e área técnica do CNPq, nas primeiras semanas de 2017.

Na sequência dos estudos realizados pelo CGEE sobre a formação de recursos humanos em CTI, o CGEE lançou o livro “Mestres e Doutores 2015: Demografia da base técnico-científica brasileira” em uma sessão especial da reunião anual da SBPC, que contou com a presença gestores públicos, professores e cientistas, atuantes no sistema nacional de CT&I e Educação. O livro trouxe informações novas sobre os programas de pós-graduação, formação e emprego de mestres e doutores, além de um capítulo especial sobre o emprego de mestres e doutores em entidades empresariais, dentre as quais se destaca a formação e inserção de mestres e doutores no mercado de trabalho sob a perspectiva de gêneros, de minorias étnico-raciais e de perfis regionais e setoriais.

3.1.2 Agenda positiva da Mudança de Clima e do Desenvolvimento Sustentável

Este projeto, que concentra seus estudos e análises em temas associados aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), desenvolveu em 2016 ações que tiveram como objetivo aproximar, como vem ocorrendo internacionalmente, as agendas globais e locais da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável. As principais ações conduzidas no ano tiveram como objetivo: 1) apoiar as instâncias do país envolvidas com o cumprimento dos compromissos internacionais

assumidos no decorrer de 2015, quando da adoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) pelas Nações Unidas (ONU) em Nova York e da aprovação do Acordo de Paris sobre a mudança do clima, durante a COP 21; 2) desenvolver articulações, estudos e ferramentas para reforçar a promoção das tecnologias avançadas de energias renováveis, bioenergia e bioprodutos, contribuindo para um maior aproveitamento pelos agentes privados e públicos do país das oportunidades advindas da bioeconomia e da economia de baixo carbono. Destaque é dado para a realização do “Seminário Franco-Brasileiro Contribuição da bioenergia e dos bioprodutos para implementação do Acordo de Paris sobre o Clima - o potencial da biomassa celulósica para o desenvolvimento da bioeconomia”, organizado pelo CGEE nos dias 24 e 25 de outubro na Embaixada da França em Brasília, tendo tido como co-organizadores a própria Embaixada, o Itamaraty, a AFD, o BNDES, a ABBI e o IAR. Este evento mobilizou 40 palestrantes, 20 franceses e 20 brasileiros, e reuniu 60 participantes de organismos empresariais, de CTI e de órgãos públicos. Ele antecedeu e se articulou a outros eventos programados para apoiar o lançamento da Plataforma para o Biofuturo pelo Brasil e demais países aderentes, no Pavilhão do Marrocos na COP 22, em Marrakesh (16 de novembro), evento que mereceu do titular do Itamaraty palavras elogiosas ressaltando o papel da diplomacia brasileira em 2016.

Nesse ano foi dada sequência ao desenvolvimento do Portal das Renováveis, ferramenta desenhada pelo CGEE para incrementar o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias, informações e negócios, e facilitar a integração de esforços entre o Brasil e os demais países da América Latina e, posteriormente, da África.

3.1.3 Iniciativa Latino-americana e Caribenha de C&T para o combate à desertificação – AridasLAC

No âmbito do projeto AridasLAC, constante da mesma atividade Inserção do CGEE em Agendas Internacionais, registram-se as seguintes realizações: 1) co-organização (CGEE, IRD e Universidade de Ibn Zohr) em Marrakesh/Marrocos, durante a COP 22, de evento paralelo para lançamento da plataforma América Latina/África/Europa (Plataforma de Agadir) e discussão do tema das Terras Secas;

2) participação em encontros e reuniões com parceiros internacionais, incluindo os mencionados no item anterior, o Conacyt (México) e o Conicet (Argentina), para a discussão das perspectivas de desenvolvimento da Plataforma e de promoção da cooperação científica e técnica entre instituições dos três continentes; 3) participação em reunião técnica no México com instituições articuladas em torno da Plataforma, com o objetivo de avançar no desenho concreto de iniciativas, em especial no que respeita à componente latino-americana; e 4) co-organização do Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 no Nordeste do Brasil, em Fortaleza, no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2016, com a FUNCEME, o BNB, o MMA, a ANA e o Banco Mundial (BM). Na ocasião, foi também lançado o livro Secas no Brasil: Política e Gestão Proativas, disponível na página do CGEE, realizado pelo Centro em parceria com o Banco Mundial.

3.1.3 Desenvolvimento e aperfeiçoamento da família de ferramentas “Insight”

- **Insight Data**

Esta ferramenta, que visa apoiar as ações do CGEE de monitoramento, coleta e análise de grandes volumes de dados (Big Data), focou suas atividades do desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas funcionalidades, com destaque para: a configuração das expressões para importar conteúdo noticioso a partir da interface da ferramenta; identificação dos termos que mais cresceram em um determinado período de tempo; desenvolvimento um processo e interface de monitoramento dos agentes; exportação em XML da taxonomia com os documentos filtrados com a possibilidade de selecionar metadados; importação de arquivos gerados pelo Gephi para pastas via API (baseado em qualquer partição); geração de arquivo Gephi com opção de seleção de metadados a serem exportados (incluindo expressões-chave); geração de arquivo de metadados de documentos de um conjunto; pesquisa e identificação de blocos de termos correlatos mediante uso de Latent Semantic Analysis; desenvolvimento de versão para instalação em servidor web dentro do CGEE; e desenvolvimento de uma versão da ferramenta para desktop para uso pelos empregados do CGEE.

Ao final de 2016, a versão para servidor foi instalada na infraestrutura de TI do CGEE, com todas as funcionalidades da versão web. O código fonte desta versão foi

entregue pela empresa contratada e armazenado em repositório interno do CGEE, o que permitirá ao Centro prosseguir no desenvolvimento da ferramenta de forma independente.

Outro resultado importante foi o desenvolvimento de uma metodologia para a identificação de sinais fracos e o monitoramento de tendências globais em CT&I, desenvolvida a partir de um referencial teórico sobre sinais fracos, monitoramento ambiental e inteligência tecnológica.

▪ **Insight Net**

O projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informação" visa fortalecer as competências do CGEE, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise exploratória de bases de dados de CTI disponíveis ao CGEE, com ênfase para as técnicas modernas de visualização, ampliando a capacidade de oferta de serviços do Centro e auxiliando o embasamento metodológico do conjunto de projetos que este conduz. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse Relatório, destacam-se: 1) Primeira versão do plugin Insight Net (Versão 2.0 da ferramenta de análise de redes de currículos Lattes, disponível na página <http://projeto.cgee.org.br/InsightNet/release/updates.xml>), com a devida compatibilidade com a versão 0.9 da plataforma Gephi. Esta versão contém várias novas funcionalidades tais como: geração de redes de similaridade semântica de resumos de artigos indexados nas bases Web of Science e Scopus, métricas de assortatividade e testes de correlação de Pearson, Spearman e Cramér, para atributos de nós e de arestas das redes. O processo de coleta de palavras-chave foi revisado e um novo formato de exportação desse metadado foi implementado, tendo sido incluídas visualizações em nuvens de palavras-chave por frequência de ocorrência e por número de currículos que as contêm; e 2) InsightNet Browser - As atividades com base na experiência adquirida com testes de ferramentas e bibliotecas utilizadas ou desenvolvidas pelo grupo Dataviva, da FAPEMIG, que visitou o CGEE no primeiro semestre. O principal resultado desse aprendizado foi a adaptação de um visualizador em Javascript de arquivos de redes gexf em software livre para o browser Firefox. Originalmente concebido para exibir visualizações interativas de redes geradas no Gephi, o programa foi melhorado para incluir possibilidades de configuração de parâmetros de navegação nas redes e permite a geração de nuvens de termos e gráficos de espalhamento dos metadados das redes

carregadas. Esse produto, batizado de CGEE InsightNet Browser, viabiliza um novo formato de entrega de dados relacionados aos produtos contratados o CGEE.

3.1.4 Sistema Integrado para o gerenciamento das informações programáticas e administrativas

Ao final do ano, da segunda versão do Sistema Integrado (2.0) entrou em produção. Nessa versão, focou-se na capacidade do Sistema Integrado em implementar processos de gestão que apoiem a tomada de decisão e consequentemente reduzam a sobrecarga sobre os gestores de projetos (supervisores e coordenadores). Contendo interfaces mais rápidas e comunicação mais efetiva, a nova versão apresenta funcionalidades para o planejamento dos projetos de Atividades assim como a edição e geração automática, pelo Sistema Integrado, de Planos de Projetos. Com base nos conceitos e boas práticas de gestão de projetos, alinhados ao trabalho do PMO do CGEE, foram desenvolvidos ambientes identificados em abas separadas para as etapas de planejamento, execução e encerramento. Assim, a partir da aba de planejamento, por exemplo, é possível caracterizar o projeto, registrar os produtos esperados para aquele projeto, registrar a equipe interna envolvida e, ainda, fazer a sua gestão de riscos. No que se refere ao planejamento, a nova versão permite a edição de textos para: Ementas, Caracterização da Demanda, Instituições Parceiras, Justificativas, Objetivos Geral e Específico e Aspectos Metodológicos. Ainda no Planejamento, foi desenvolvida uma aba denominada "divulgação", onde o coordenador e projeto poderá redigir um texto contendo informações básicas do projeto, que será acessado por um perfil específico da área de comunicação do Centro que fará, caso necessário, adaptações para um texto mais jornalístico para eventual publicação na página do CGEE (Projetos).

3.1.5 Project Management Office - Gestão de Projetos

O projeto PMO, em seus dois anos de execução, produziu os elementos necessários para consolidar no CGEE a estrutura funcional de um escritório de projetos

adequado às características das distintas modalidades de projetos conduzidos pela casa.

Dentre os produtos finais do projeto, destaca-se o Processo de Gestão da Carteira de Projetos e Serviços, amplamente discutido com a direção e a equipe técnica do Centro, em seus diversos níveis de gestão. Esse processo estabelece as bases para a evolução das ferramentas e métodos utilizados na gestão de projetos, principalmente naquilo que se refere ao planejamento para a evolução (roadmap) do Sistema Integrado.

Outro resultado relevante do projeto PMO foi a obtenção da certificação ISO 9001 para o Processo de Aquisição de Software e Serviços Correlatos, que estabelece as bases para a gestão da qualidade no CGEE, experiência determinante para a expansão futura do Sistema de Gestão da Qualidade para os demais processos finalísticos da casa, aspecto que será considerado ao longo de 2017 e 2018.

Exemplos de aplicação de boas práticas já são percebidos nos ganhos de eficiência obtidos nos seguintes projetos conduzidos em 2016: Subsídios para a Agenda Nacional de Pós-Graduação - CAPES-DAV (acompanhamento de todo o ciclo de vida do projeto); BNDES IoT (concepção - proposição comercial e pré-projeto); Agenda Positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável (contratação e desenvolvimento do Portal das Renováveis, com execução do Processo de Aquisição de Software); Cidades Sustentáveis - GEF (apoio ao planejamento); e Memória Organizacional (contratação dos agentes de captura e evolução da ferramenta).

3.1.6 Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE

Um dos resultados mais expressivos alcançados pelo Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE em 2016 foi a elaboração do seu relatório anual que visa oferecer alternativas de domínio de tecnologias ao setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites e sensores para a faixa do infravermelho de ondas curtas (SWIR, do inglês short wave infrared), tomando por base as informações obtidas pelo OTE de diversas fontes especializadas de informação.

As atividades do OTE em 2016 foram registradas no segundo e no terceiro números do "Boletim do OTE". No Boletim do OTE número 2 são apresentados todos os satélites resultantes da atividade espacial nacional e a proposta de uma nova tecnologia de propulsão para uso em plataformas espaciais. Essa tecnologia foi proposta pelo Prof. Philip Lubin, da Universidade da Califórnia, Santa Barbara, um dos 15 pesquisadores apoiados pela NASA para desenvolver provas de conceito de novas tecnologias no âmbito do programa Innovative Advanced Concepts. O Prof. Lubin concedeu uma entrevista exclusiva para este número do "Boletim do OTE". A terceira edição do Boletim do OTE traz uma breve revisão do panorama mundial de cubesats, aplicações utilizadas, estatística de objetos lançados, produção técnico-científica, e algumas reflexões sobre oportunidades que esses artefatos propiciam para o atendimento de necessidades do setor espacial brasileiro.

No conjunto das ações conduzidas pelo OTE, cabe destacar, ainda, a realização em maio de evento de divulgação científica, com o objetivo de destacar a participação de cientistas brasileiros na detecção de ondas gravitacionais. Vieram ao CGEE o Dr. Odylio Aguiar e o Dr. César Costa, do INPE. Nessa ocasião, foram apresentados detalhes sobre o experimento LIGO, que fez a detecção dessas ondas, o significado dessa descoberta para a ciência e para a humanidade, além de terem sido discutidos aspectos relacionados ao planejamento científico e tecnológico de longo prazo. O evento foi destaque na imprensa local, por meio de ampla matéria veiculada pelo Correio Braziliense.

3.2 Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão

Vide a seguir tabela que apresenta a situação dos Projetos e Atividades, constantes do Plano de Ação 2016 do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro deste ano.

LINHAS DE AÇÃO	PROJETOS E ATIVIDADES	POSIÇÃO EM 31/12/2016
	Acumulação de competências na indústria farmacêutica brasileira	CONCLUÍDO
	Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020	CONCLUÍDO
	Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	ANDAMENTO

Estudos, Análises e Avaliações	Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de Conhecimento)	CONCLUÍDO
	Avaliação dos impactos da Lei de Informática	ANDAMENTO
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	ANDAMENTO
	Atividade - Indicadores de Inovação	ANDAMENTO
Articulação	Modelos Institucionais para a gestão em CTI	CANCELADO
	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional – CDR	ANDAMENTO
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	ANDAMENTO
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	ANDAMENTO
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	ANDAMENTO
	Atividade - Notas Técnicas	ANDAMENTO
	Atividade - Reuniões de Especialistas	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	ANDAMENTO
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	ANDAMENTO
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	ANDAMENTO

4. Contratos Administrativos

Ao longo de 2016 foram conduzidas atividades referentes a 06 (seis) contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI e com instituições de CT&I do exterior. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

4.1 Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica (ANEEL)

O Projeto prospecção tecnológica no setor de energia elétrica, demandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e financiado por nove empresas do setor, é dividido em quatro etapas: diagnóstico, construção do futuro, posicionamento e consolidação final. O projeto tem a duração prevista de 24 meses e 9 produtos a serem entregues. Destes produtos, os principais (o primeiro, terceiro, quinto, sétimo e oitavo) são avaliados por dois comitês. O primeiro, comitê estratégico, é formado por membros e instituições que compõe a governança do setor. O segundo, comitê consultivo, é formado por consultores sênior do setor, contratados pelo CGEE. Além destes dois, existe também o “comitê gestor” do projeto, formado pelas 9 empresas que o financiam, e possui a finalidade de aprovar os documentos.

Até dezembro de 2016, o projeto entregou os primeiros quatro produtos que foram avaliados por dois comitês de apoio cujos posicionamentos, em geral, registram o atendimento aos objetivos aos quais os estudos até então realizados se propõem. Ambos os comitês também consideram o projeto estratégico para o setor e nas atas de reunião exigiram registrar a necessidade de sua continuidade.

O projeto já gerou resultados e benefícios para a ANEEL, conforme e-mail enviado em novembro deste ano (...A ANEEL pretende usar os dados do projeto de prospecção para realizar uma série de análises), e a equipe vem sendo convidada para palestrar em alguns eventos, como o EPASE (como palestra magma) que é um evento organizado por e para os Gerentes de P&D das empresas do setor elétrico. A Aneel também já explicitou o convite para o CITENEL, no qual a apresentação do projeto terá destaque.

Os três primeiros produtos concluem a primeira, maior e mais trabalhosa etapa do projeto (diagnóstico), o quarto produto é parte da segunda etapa (construção do futuro).

O primeiro produto objetivou fazer um mapeamento para delimitar o escopo e apresentar a metodologia. Esse produto é composto de um grande levantamento bibliográfico além de uma pesquisa estruturada.

O segundo produto, por se tratar de um produto intermediário, sofre alteração ao longo do projeto e por isto não é foco de avaliação dos comitês. Seu objetivo é apresentar o mapa conceitual dos indicadores e toda a informação utilizada na etapa do diagnóstico e seu tratamento.

O terceiro produto descreve e apresenta o resultado da etapa diagnóstico. É o produto mais volumoso e importante da etapa, pois apresenta o mapa do conhecimento (que identificou mais de 2000 linhas de PD&I no setor, obedecendo ao escopo do primeiro produto), o mapa de componentes (que descreve os componentes de cada rota identificada) e os indicadores e sua análise por macrotemática (agregação das rotas tecnológicas). O mapa do conhecimento é um menu de opções que pode ser utilizado por tomadores de decisão do governo ou das empresas para suas respectivas estratégias de PD&I. Vários especialistas e gestores vêm demandando esse mapa, mas devido ao fato do contrato ser regido por cláusula de sigilo, ainda não foi possível disponibilizar. Por este motivo o CGEE enviou uma proposta para publicação desse volume de forma não editada. Com isto se espera fomentar o setor com informação, mas também receber uma resposta do público.

O quarto produto, último entregue, foi uma nota técnica sobre a visão de futuro. Ele inicia com um levantamento de tendências e propõe uma visão de futuro específica para cada uma das 47 macrotemáticas contempladas pelo estudo. Este produto visa orientar os trabalhos da etapa de construção do futuro. Este documento será debatido com o Ministério de Minas e energia e a Empresa de Pesquisa Energética para que esteja consistente com o planejamento setorial.

As próximas atividades serão o ciclo de debate sobre o cenário tecnológico, o ciclo de debate com especialistas, construção dos *roadmaps* e seu desdobramento na agenda estratégica de ações de CTI, que compõe a etapa de posicionamento. Por fim, o projeto é consolidado em um documento executivo chamado Relatório Final, artigos e a base de dados.

A importância do projeto é ressaltada por mensagem do Presidente da EPE e do Presidente da ONS que disponibilizaram equipe de todas as áreas da instituição para interagir com o projeto. Em reunião, o projeto também foi destacado pelo

secretário de Planejamento e desenvolvimento energético do ministério de Minas e Energia.

Espera-se que o projeto possa fomentar o desenvolvimento do setor elétrico nacional

4.2 Subsídios para a Agenda Nacional de Pós-Graduação

Em 01 de junho de 2016, a CAPES contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para gerar informações qualificadas que subsidiem os processos de tomada de decisão dos gestores da CAPES no que se refere às suas ações e programas, em especial, recomendações contidas no PNPG 2011-2020 para o aperfeiçoamento do SNPG, construção da Agenda Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPG) e a Avaliação Quadrienal 2017. O trabalho contratado foi estruturado em quatro módulos, correspondentes a quatro etapas, envolvendo atividades e produtos complementares e articulados entre si.

O Plano de Trabalho (Marco Inicial - Módulo 1) teve como objetivo definir as bases conceituais e metodológicas do estudo, com o detalhamento das atividades desenvolvidas nos demais módulos, a descrição dos produtos obtidos, o cronograma e a estrutura de governança e acompanhamento das etapas e suas atividades.

O Módulo 2 visou identificar os tempos médios dispendidos pelos coordenadores em atividades administrativas. Como parte de um conjunto de atividades desenvolvidas, o CGEE conduziu consulta eletrônica junto aos coordenadores de PPG, que teve por objetivos identificar: os tempos médios dispendidos pelos coordenadores em atividades administrativas (Módulo 2); e os temas de pesquisa considerados estratégicos para o País e suas regiões, no horizonte temporal de 2020, e que sejam também de relevância para a pesquisa internacional (Módulo 3). A consulta foi realizada por meio eletrônico junto aos 4.815 coordenadores de PPG credenciados pela CAPES utilizando a ferramenta InsightSurvey (IS) do CGEE. Foi aplicado um único formulário contendo as questões referentes aos módulos 2 e 3. Os itens do formulário relacionados à identificação de tempo despendido em atividades administrativas abordaram questões como: forma de escolha do coordenador de pós-graduação; presença de vice-coordenador, subcoordenador ou suplente; experiência em atividades de coordenação de programas de pós-graduação;

distribuição do tempo dispendido em atividades acadêmicas e administrativas; identificação do esforço especificamente em atividades administrativas; e sazonalidade do esforço em atividades administrativas. Além do relatório que apontou alguns dos principais resultados, foi construído um sistema de informação com todos os resultados obtidos, além da inserção de outras variáveis consideradas importantes para essa atividade, tais como: Grande Área, Área de Avaliação, Unidade Federativa (UF), Bolsa Produtividade, nota CAPES, natureza jurídica da IES e modalidade do programa de pós-graduação.

O Módulo 3 teve como objetivos específicos a identificação dos temas de pesquisa considerados estratégicos para o País e suas regiões, no horizonte temporal 2020, e que, eventualmente, sejam de relevância para a pesquisa internacional; e a identificação dos temas de pesquisa em desenvolvimento no País, por meio do mapeamento da produção científica atual dos docentes e discentes dos programas de pós-graduação. No que se refere ao primeiro objetivo, as informações coletadas na consulta eletrônica sobre os temas de pesquisa considerados estratégicos para o País foram tratadas por meio de técnicas de mineração de dados e processamento da linguagem natural de forma a produzir mapas, cujos temas foram agrupados em função da similaridade semântica a partir dos seus títulos e respectivas descrições com o uso da ferramenta InsightNet (IN) do CGEE. Assim os 8.249 temas estratégicos apontados na consulta foram agrupados em 58 mapas de temas estratégicos (9 mapas por Grande Área e 49 mapas por Área de Avaliação) e posteriormente exportados para o visualizador InsightNet Browser. Para o alcance do segundo objetivo do Módulo 3, foram identificadas as redes de coautoria e de similaridade semântica formadas pela produção científica dos docentes e discentes dos PPG credenciados na CAPES, com o emprego da ferramenta InsightNet. Foram construídas 214 redes de conhecimento a partir de 87.019 currículos de docentes e 468.960 currículos de discentes. Todas as redes foram exportadas para o visualizador InsightNet Browser, o que facilitou a navegação por Grande Área e por Área de Avaliação. Adicionalmente, as palavras-chave identificadas pelos coordenadores de PPG relacionadas com os temas por estes apontados na consulta eletrônica foram comparadas com as palavras-chave obtidas a partir dos seus currículos Lattes. Com os resultados encontrados a partir da comparação dos dois conjuntos de palavras-chave, foram geradas nuvens de termos que destacaram as

palavras-chave identificadas pelos coordenadores de PPG na consulta que foram encontradas ou não na produção científica e tecnológica registrada na Plataforma Lattes, para cada Área de Avaliação e Grande Área. As nuvens de termos foram construídas e apresentadas por meio do software Tableau.

Finalmente, o Módulo 4 teve por objetivos identificar o compartilhamento de docentes entre os programas de pós-graduação stricto sensu conduzidos por instituições pertencentes ao SNPG; e estabelecer relações entre dados e informações sobre egressos dos programas de pós-graduação stricto sensu conduzidos por instituições pertencentes ao SNPG.

Para a identificação do compartilhamento de docentes entres os PPG foi empregada a metodologia de análise de redes e a ferramenta InsightNet, do CGEE. Foram geradas redes dirigidas e não-dirigidas, por Grande Área e Área de Avaliação, que apresentaram como nós as instituições de vínculo dos docentes e como arestas o número de docentes cadastrados em PPG de diferentes instituições. No que se refere ao segundo objetivo do Módulo 4, foram gerados dados e informações sobre a formação e a natureza dos vínculos empregatícios formais dos mestres e doutores, tomando como elemento principal de referência cada um dos PPG originários da titulação dos indivíduos. As bases de dados utilizadas foram Coleta Capes e Plataforma Sucupira, RAIS e Plataforma Lattes. As informações foram geradas de acordo com as seguintes variáveis: áreas de avaliação da CAPES, instituição, localização, nota de avaliação da CAPES, área e grande área do conhecimento, número de titulados num período definido; tipo de titulação (mestrado profissional ou acadêmico), ano de titulação, idade, emprego do conjunto dos titulados, situação do emprego dos titulados, atividade econômica do empregador; ocupação no vínculo principal de emprego, e remuneração. As informações sobre a situação do emprego foram processadas para as coortes de titulados 2, 5 e 10 anos antes do ano de referência da última RAIS disponível (2014). Os resultados foram apresentados na forma de planilhas, dirigidas às diferentes Áreas de Avaliação, com as informações sobre egressos dos programas de pós-graduação a elas vinculadas. O contrato teve a duração de 212 dias e vigorou até 30 de dezembro de 2016.

4.3 Cidades sustentáveis - Piloto Brasília

O objetivo geral deste contrato, cujos trabalhos foram todos realizados ao longo de 2016, foi o de desenhar as características, atividades e suporte que um Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (a ser posteriormente operado pelo CGEE) pode oferecer para o Projeto GEF/Banco Mundial, bem como para seus parceiros principais, incluindo MCTIC, os governos do GDF e do Recife, a Plataforma Cidades Sustentáveis da Nossa Rede São Paulo e a agência implementadora UNEP, além de outros entes federais e estaduais e da própria sociedade civil. Dando andamento às articulações iniciadas em 2015, uma reunião realizada com todos os parceiros compreendendo o comitê executivo do Projeto GEF em 22/03 foi fundamental para alavancar o protagonismo do Observatório e garantir um salto do orçamento originalmente previsto de \$ 1,000,000.00 para \$ 3,500,000.00. Outras reuniões bilaterais com a UNEP ou em conjunto com o GDF e, esporadicamente, com representantes de Recife e de São Paulo, foram organizadas para garantir integração entre os distintos componentes do projeto, bem como para refinar o papel de cada componente no mesmo. O primeiro plano detalhado do Observatório para os cinco anos de projeto foi entregue à UNEP em junho de 2016. Diversos refinamentos foram realizados até que, ao final de junho, todos os parceiros se reuniram em Brasília para integrar os diversos planos de trabalho desenhados individualmente. Nessa ocasião foi possível definir os principais desafios a serem enfrentados pelo GDF e por Recife no desenvolvimento do projeto, assim como alinhar os interesses do MCTIC e da UNEP, foco institucionais de atuação inicial do Observatório. No início de agosto, a primeira versão completa do Projeto GEF Brasil foi submetida oficialmente ao GEF e, durante os meses de setembro a novembro foram realizados os refinamentos necessários na proposta por parte dos parceiros em coordenação com a UNEP, para que fosse possível se realizar a entrega final do Projeto GEF Brasil ao GEF no final de novembro de 2016. A avaliação e aprovação final do Projeto deverá ocorrer até final de janeiro de 2017 e uma reunião inaugural para dar início à efetiva implantação do mesmo está planejada para março ou maio de 2017, provavelmente em Singapura, com todas as cidades participantes globalmente. Ao longo do projeto foram realizadas duas reuniões organizadas pelo próprio GEF/Banco mundial, uma em março em Singapura e outra em setembro em

Frascati, para, na primeira, realizar o kick-off global da iniciativa com a participação de representantes de todas as cidades que tiveram projetos aprovados e, na segunda, discutir indicadores, melhorias necessárias nos projetos e verificar com as cidades participantes potenciais suportes que podem ser oferecidos pelo Banco Mundial e parceiros potenciais como o Local Governments for Sustainability (ICLEI), Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.

4.4 Desdobramento do Projeto GRIPEN NG

Trata-se de um estudo exploratório, de dois meses, contratado ao CGEE pela Swedish Agency for Growth Policy Analysis, que se justifica pela oportunidade de avançar na análise dos desdobramentos potenciais esperados para a economia brasileira do projeto de aquisição e desenvolvimento do caça Gripen NG. Trata dos potenciais impactos de suas tecnologias sobre outros setores que não aqueles envolvidos na cadeia produtiva aeronáutica brasileira. O projeto se beneficia de iniciativas anteriores de outras instituições do país e do próprio CGEE em torno à discussão das estratégias nacionais para a cadeia produtiva aeronáutica e toma como ponto de partida a definição, em estudo anterior do Centro, das tecnologias críticas para o avanço na apropriação e absorção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do setor. Na análise dos desdobramentos das tecnologias do Caça sobre vários setores da economia brasileira, o projeto incorpora a contribuição de ferramentas de inteligência tecnológica recentemente desenvolvidas pelo Centro, de análise de redes de competência e campos de associação de patentes dentre outras, além de se beneficiar das bases de dados disponíveis acerca dos recursos humanos dedicados à pesquisa no país. O projeto promove a seleção de quatro dos nichos tecnológicos mais significativos que emergem do projeto Gripen NG e delinea que setores e campos de atividade tendem a ser mais impactados no Brasil por suas contribuições. Por fim, o projeto assinala um conjunto de recomendações de política relacionadas à promoção do aproveitamento dessas tecnologias e traça possíveis campos futuros de investigação relacionados ao tema.

O relatório do projeto final foi entregue para a Swedish Agency for Growth Policy Analysis após ter sido discutido, em seminário realizado na ABDI em dezembro de 2016, com especialistas de várias instituições no país, a exemplo dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Defesa e do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio, da própria ABDI e do BNDES. Espera-se retomar o diálogo sobre os resultados alcançados e perspectivas de desenvolvimento de novas reflexões no tema a partir do início do ano de 2017.

4.5 Estado do Setor de Celulose

Este projeto refere-se a uma pequena colaboração de natureza contratual firmada entre o CGEE e a Swedish Agency for Growth Policy Analysis - Growth Analysis que visa, também, estreitar os laços entre as instituições e identificar sinergias para realização de estudos de interesse para o Brasil e para a Suécia. O objetivo deste contrato foi o de apresentar o estado do setor de celulose e papel no Brasil, no que tange às questões de inovação e políticas públicas. Neste âmbito, foi elaborada uma nota técnica para responder a dois perfis de perguntas. O primeiro trata do modus operandi das empresas do setor no que diz respeito a estratégia e inovação. O segundo explora o apoio oferecido pelo governo brasileiro para o desenvolvimento sustentável dessa indústria. Para isto, a nota técnica foi organizada de acordo com a seguinte estrutura: a) introdução; b) perfil do País; c) competitividade industrial; d) estratégias do setor; e) processo de inovação; e f) políticas públicas. Na secção perfil do País são apresentados os dados referentes à produtividade do setor, assim como a sua representatividade para a economia brasileira. No tópico sobre competitividade são apresentadas as vantagens competitivas do setor sobre os principais competidores internacionais. Ressalta-se, também, a alta produtividade das espécies madeireiras cultivadas no Brasil, principalmente eucalipto e pinus, que estão prontas para corte com seis-sete anos de idade. Nas secções estratégias do setor e processo de inovação é apresentado como as empresas têm investido em ciência e tecnologia para ampliar sua gama de produtos e focar menos em commodities, com investimentos em biorrefinarias para produção de produtos químicos verdes. Ao final, a secção sobre políticas públicas faz um resumo dos principais subsídios a atividades no setor de celulose e papel, destacando linhas de financiamento e perfil dos seus beneficiários. Esta nota técnica foi apresentada no final de 2016 à Growth Analysis, que a recebeu com expectativas de iniciar o diálogo para tratar de novas possibilidades de trabalho entre a contratante e o Centro no primeiro trimestre de 2017.

4.6 Apoio à edição de um livro sobre a seca no Nordeste

Trata-se de uma colaboração de natureza editorial para o lançamento da versão em português do Livro Secas no Brasil: política e gestão proativas, organizado por Erwin De Nys e Nathan L. Engle (Banco Mundial) e Antonio R. Magalhães (CGEE). O livro trata de como o governo e a sociedade brasileira têm reagido ao fenômeno das secas, prestando contas do esforço realizado nos últimos três anos para consolidar uma política nacional sobre o tema. Foi publicado originalmente em inglês nos Estados Unidos. Resultou da participação ativa de uma delegação brasileira chefiada pelo Ministério da Integração Nacional na Reunião de Alto Nível sobre Políticas Nacionais de Secas, organizada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que reuniu delegações de mais de 80 países, marco importante para a definição de um modelo de política para o setor. O livro representa uma contribuição de um grupo de especialistas brasileiros e estrangeiros e, na sua edição inglesa, foi concluído ao final de 2015. A versão em português foi distribuída pelo Banco Mundial e pelo CGEE para parceiros nacionais qualificados. O lançamento do livro ocorreu no Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 no Nordeste, realizado em Fortaleza, evento organizado pelo CGEE em parceria com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), o Banco do Nordeste (BNB), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Mundial (BM).

5. Eventos

A organização de eventos no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) atende a duas principais permanentes preocupações, quais sejam: a primeira, a de conduzir seus estudos de forma participativa e inclusiva de forma a facilitar a compreensão, o comprometimento e, por consequência, a implementação dos resultados obtidos por parte dos demandantes dos estudos e das análises conduzidos pelo Centro; e, a segunda, a de disseminar entre os atores do SNCTI e da sociedade em geral os resultados dos trabalhos do CGEE, contribuindo, assim para a melhoria da percepção da importância da ciência e da tecnologia para o bem estar social.

Nesse sentido, ao longo de 2016, foi realizado um conjunto de eventos para os quais concorreram cerca de 1000 participantes externos oriundos de 342 instituições, aí incluídas as empresas, as instituições de ensino e várias instâncias de governo componentes do SNCTI. Cabe destacar neste contexto a capacidade do Centro em mobilizar tanto especialistas como instituições atuando no exterior.

Assumiu um destaque no conjunto de reuniões temáticas organizadas pelo Centro aquelas envolvendo ciclos de debates sobre o tema energia elétrica, no âmbito do contrato administrativo “Prospecção Tecnológica para o Setor Elétrico”. Estas 38 reuniões mobilizaram um conjunto expressivo de especialistas oriundos de instituições públicas e privadas ligadas ao setor elétrico nacional.

Em 2016, foi dada sequência às reuniões internas desenhadas como um espaço de discussão e análise de métodos e ferramentas de uso potencial nos estudos e análises conduzidas pelo Centro, denominadas “Journal Club”. Durante o ano foram realizadas 10 reuniões desse tipo, cobrindo tópicos sobre as atividades de gestão de dados, estudos de futuro, avaliação estratégica, entre outros.

Dentre os eventos organizados pelo Centro no período coberto por este Relatório, destacam-se, também, a participação do CGEE na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na qual o CGEE divulgou os mais recentes resultados do estudo Mestres e Doutores 2015. O CGEE se fez presente com grande destaque na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que montou *stand* para a divulgação dos trabalhos do Centro e, em particular, mostra sobre a importância dos insetos polinizadores na produção de alimentos

básicos para a população, que contou com a visita de centenas de alunos das escolas públicas e privadas do Distrito Federal.

A tabela abaixo apresenta os detalhes de um subconjunto composto por 20 eventos organizados pelo Centro, dos quais participaram cerca de 900 especialistas externos, referente a oficinas de trabalho, reuniões diversas e seminários, destacando seus objetivos, número de participantes, externos e internos, instituições envolvidas, além dos locais e datas de realização.

ID	TÍTULO DO EVENTO	EVENTO	OBJETIVO	Nº DE PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
				EXTERNOS	CGEE			
1	Acumulação de Competências na Indústria Farmacêutica	Reunião	Realizar reunião técnica com o objetivo de debater e validar a metodologia desenvolvida pela equipe de consultores para trabalho de campo e análise no âmbito do estudo "Acumulação de competências na indústria farmacêutica", e traçar os próximos passos deste estudo.	12	3	CGEE, BNDES, Aché Laboratórios Farmaceuticos S.A	02/02/2016	BNDES
2	Mobilidade Espacial de Mestres e Doutores no Brasil 1975-2010	Palestra	Realizar apresentação sobre Mobilidade Espacial de Mestres e Doutores no Brasil 1975-2010, proferida pelo Dr. Sergio Avelar - Assessor Técnico da Diretoria de Avaliação da Capes.	2	18	CGEE, CAPES	05/02/2016	CGEE
3	Planejadores do Longo Prazo no Brasil (Projeto Brasil 2035)	Reunião de Especialistas	Realizar reunião com especialistas de instituições com experiência em planejamento de longo prazo e estudos de futuro para apresentar o projeto Brasil 2035.	50	1	IPEA, Pandiá, MD, ANATEL, EPL, EMBRAPA, BB, MP, Sec. CTM, AACE, EMAER, ANA, MD, ABIMED	17/02/2016	CGEE
4	Reunião de Apresentação do Programa Demonstrativo para Inovação em Cadeia Produtiva Seleccionada – Energia Eólica	Reunião	Realizar reunião para apresentar o estudo Programa Demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada - Energia Eólica.	13	3	CGEE, ANEEL, MCTI, BNDES, MME, SCT / CE, MDIC, SENAI, FINEP	23/02/2016	CGEE
5	Seminário Internacional: O Futuro do Desenvolvimento Brasileiro	Seminário	Realizar Seminário com o objetivo de pensar o desenvolvimento brasileiro, em período de crescente financeirização da economia, aprofundamento da crise global, redefinição dos espaços geopolíticos e desdobramentos da ascensão dos BRICS no cenário internacional e também discutir implicações para políticas.	223	2	UERJ, IBGE, FINEP, IFRJ, UFMG, FGV, ENSP, HSE, Rússia, IRES, FUNDAÇÃO ROSÁRIO, UFF, OS ACERP, FOC, UFES, IBASE, MUSEU DO INDÍO, UFPI, UFF, PUC-SP, IBMEC, FCE-UERJ, IPEA, PPGE-UFF, DIEESE, IBICT-UFRJ, REVISTA RUMOS, APIMEC RIO, SEN/UFF, UFF/IE UFRJ, SEF, SERJ, IE - UFRJ, UFRJ - IE, FGV, IBASE, UFRJ/ICG, SETDE-PB, MSV, CONSULTORA, IFRK, IE, BNDES, DANNEMANN, INPI, ABEC, INT, REDESIST, CAS, China, CDS Índia, MEC, TUT - África do Sul, UDB-MS, UFPA, UFRGS, Univ. de La Habana(CUBA), Univ. de La República de Uruguay, Universidade Massachusetts- EUA, Universidade de Rennes I, França	02 À 04 /05/2016	BNDES

ID	TÍTULO DO EVENTO	EVENTO	OBJETIVO	Nº DE PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
				EXTERNOS	CGEE			
6	2ª Reunião de 2016 do CTG do Projeto de Prospecção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica	Reunião (virtual)	Realizar reunião periódica para tratar sobre questões administrativo-financeiras e técnicas do Projeto de Prospecção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica, além de definir cronograma de reuniões para o ano de 2016.	7	2	COPEL GT, COPEL Dis., AES, CPFL Sul Paulista, CEMIG, BAESA/ENERCAN, CESP, CGEE, Apine, LIGHT	29/02/2016	CGEE
7	Reunião de validação do Projeto Indicadores de Inovação - PRIMAR 2015	Reunião	Reunião para apresentar os resultados do Projeto Primar obtidos no ano de 2015.	21	7	CGEE, Inovarelab, MCTI, Anpel, VCI Consultoria, BNDES, MDIC, Inventta, SENAI/PR, USP, IEL, ABDI, CLAEQ, CNI, Secretaria de CT&I/ PE, FINEP, UNICAMP, UFMG, INOVACX, Sebrae, RODHIA Solvay.	05/04/2016	CGEE
8	Brasil 2035	Reunião de Especialistas	Realizar reunião de especialistas para identificar elementos que subsidiem a formulação de estratégias de desenvolvimento para o Brasil, no horizonte temporal de 2035.	42	2	SPI/MP, ANATEL, PREUI/BB, IPEA, ANER, ASSECOR, Marinha, MRE, EMBRAPA, EPL, MF, PETROBRAS, BB, BNDES, MD, CÂMERA DOS DEPUTADOS, ADB, FNDC, INCRA, SENADO, MP, MRE, CONTAG, MDIC, Centro de Altos Estudos, UNICAMP	15/03/2016	CGEE
9	Seminário: "Doutores Brasileiros Titulados no Exterior (1970 – 2014)"	Seminário	Apresentar o relatório de estudo sobre o perfil dos doutores com formação plena no exterior, entre 1970 e 2014.	15	22	CAPES, DELEÇÃO UNIÃO EUROPEIA, MCTI, CGEE, EBC, CNPQ, UFJF	29/03/2016	CGEE
10	Lançamento: "O Sistema Brasileiro de Inovação: Uma Proposta de Políticas Orientadas por Missões"	Palestra	Apresentar os resultados do estudo "O Sistema Brasileiro de Inovação: Uma Proposta de Políticas Orientadas por Missões".	3	27	CNI	06/04/2016	CGEE
11	Evento de Divulgação Científica "A participação Brasileira na Detecção de Ondas Gravitacionais"	Palestra	Compartilhar detalhes da participação brasileira no projeto internacional para a detecção de ondas gravitacionais.	24	26	CGEE, UNB, ALUB, MCTI, IESB, CAPES, ABIPTI, AEB, MD,	31/05/2016	CGEE
12	Validação dos Resultados da Pesquisa de Campo - Acumulação de Competências na indústria farmacêutica brasileira	Reunião	Realizar a validação dos resultados da pesquisa de campo do estudo Acumulação de Competências na Indústria Farmacêutica.	7	2	CGEE, BNDES, Unicamp, UFRJ	28/06/2016	CGEE

ID	TÍTULO DO EVENTO	EVENTO	OBJETIVO	Nº DE PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
				EXTERNOS	CGEE			
13	Fórum de Especialistas: "importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global"	Fórum de Especialistas	Reunir especialistas e representantes de produtores, com vistas à participação do CGEE na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2016: "Ciência que Alimenta".	23	8	CGEE, UnB, A.B.E.L.H.A, ANDEF, Instituto de Biologia da UFBA, UFC, MCTI, associação Apícola do DF, Ibama, Embrapa Cenargem, MMA, SINDIAPIS, Sem Abelhas, Sem alimentos, Confederação Brasileira de Apicultura, Senado Federal, UNESP Rio claro, USP, UNITAU	15/09/2016	CGEE
14	Comemoração dos 15 anos do CGEE	Seminário	Seminário em comemoração dos 15 anos do CGEE.	35	60	CGEE, CONSECTI, CNA, UNESCO, FAPESP, MCTIC, IBICTI, USP, Representante dos Associados do CGEE, IPEA, CONSEPA, Ministério da Defesa, SBPC, CNPq, IPEN, AEB, EMBRAPA, Embaixada Francesa, FAPEMIG, DIEESE, Casa Civil, ABDI, Rubens Naves Santos Jr Advogados, Ministério do Exército,	13/09/2016	CGEE
15	Apresentação dos serviços de inteligência tecnológica do Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE)	Reunião	Apresentar os serviços de inteligência tecnológica do OTE para a equipe de especialistas e diregentes do Ministério da Defesa	24	5	CGEE, Ministério da Defesa	28/07/2016	Ministério da Defesa
16	Seminário Franco-Brasileiro Contribuição da bioenergia e dos bioprodutos para implementação do Acordo de Paris sobre o clima	Seminário	Debater como a bioenergia e os bioprodutos podem contribuir para a implementação do Acordo de Paris sobre o Clima	54	5	CGEE, Apex-Brasil, NOVOZYMES, RAIZEN ENERGIA, BNDS, ABB, ADEME, BNDS, CNRS, IAR, GRANBIO, AFD, MDIC, Embrapa agorergia, Centro de Tecnologia Canaveira, CIRAD, Technopark Campinas, Abengoa Bioenergia Brasil, MCTIC, EFL/UNB, MME, MRE, Excen, FINEP, MMA, CNRS, CTBE, Embaixada da França, CNRS, VIGINIS S.A AXENS	24 e 25/10/2016	Embaixada da França em Brasília
17	Primeira rodada de reuniões internacionais da Plataforma de Comunicação: Agricultura e Alimento	Reunião	Apresentar e debater com especialistas do Banco Mundial e Woodrow Wilson Center os objetivos da Plataforma de Comunicação: Agricultura e Alimento	10	5	CGEE, Fapemig, CNA, Fórum do Futuro	15/11/2016	Washington DC, EUA
18	Oficina de trabalho sobre pesquisa baseada em evidências e de transição, com foco em Cidades	Oficina de Trabalho	Debater, com parceiros nacionais e internacionais, aspectos relacionados à pesquisa baseada em evidências e de transição, seus impactos em processos de decisão, com foco nos grandes centros urbanos.	15	7	UNB/CDS, CGEE, Consultoria, SEBRAE MT, ABDI, Brasília 2060, GDF, MCTIC, SD Hambuj, Centro de Desenvolvimento Sustentável, IBICT, Rede Nossa São Paulo, Mouto CHIS, Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade, Unitrabalho, Sec. Meio Ambiente DF	16/11/2016	CGEE

ID	TÍTULO DO EVENTO	EVENTO	OBJETIVO	Nº DE PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
				EXTERNOS	CGEE			
19	Reunião do Comitê Consultivo da Plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	Reunião	Realizar reunião para o lançamento do projeto "Apoio Técnico à Plataforma de Comunicação - Agricultura e Alimento".	11	3	Forum do Futuro, UNICAMP, IICA, AVAPLAN, CGEE, UFES, EMBRAPA	12 e 13/12/2016	CGEE
20	Seminário de Avaliação da Seca de 2010-2016 Semiárido	Seminário	Apresentar e discutir aspectos climáticos, impactos, respostas e lições para subsidiar futuras estratégias de adaptação aos impactos das secas no contexto de mudanças climáticas globais, para o aperfeiçoamento da Política Nacional sobre Secas	315	3	ADECE, Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba-AESA, AGENCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA, AGENCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA APAC, AGERH, SEMARH/AL, ANA, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Associação Caatinga, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA/BA, Banco Mundial, BNB, CAGECE, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH, Centro Nacional de Gerenciamento de riscos e Desastres - CENAD/MI, Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN/INPE, CIN, CNME, COM SENSO CAPACITAÇÃO, ESTUDOS E GESTÃO, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA), COMITÊ DE BACIAS CURU ARACATIAÇU, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos, COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, Conab, Coppe- UFRJ, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, CPTEC/INPE, SDA, SDA/CE, DNOCS, Ecologia gestão ambiental, EMATERCE, Embrapa, Embrapa Agroindústria Tropical, Embrapa CNPAT, Embrapa Informática Agropecuária – Campinas/SP, Embrapa Meio Ambiente, Embrapa Semiárido, Embrapa Semiárido – Petrolina/PE, Embrapa Semiárido – Recife/PE, EMPARH, ENGESOFT Eng. E Consultoria, EXÉRCITO, FAEC, FAEMA, FAO, FIEC CONAG, FIES, Fiocruz, FUNCEME, FUNDAÇÃO AGENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO E MEIO AMBIENTE, MDA, GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, ICLEI, IFCE, IGARN, INCRA, INEMA, BA, INMET, INPE, INSA, Instituto Água, IPECE, Iplanfor, LABOMAR - UFC, Secretária Estadual de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – SEDINOR, Ministério do Meio Ambiente, National Drought Mitigation Center – NDMC (USA), NUTEC, PMF - SER V, PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ, PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA, Prefeitura Municipal de Quixeramobim, Proteção e Defesa Civil, SAAE DE JUCÁS, SAGRIMA, SDEC/PE, SDR/MI, SEAD, Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH/CE, Secretária Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Secretária Executiva de Infraestrutura e Recursos Hídricos da Paraíba, SEDR/MMA, SEMA/CE, SEMARH/PI, SEMARH/RN, SEMARH/SE, SEMARH-RN, SEPLAG - CE, Serviço Florestal Brasileiro, SOHIDRA, SUDENE, UEFS (MAPBIOMAS), UEMA, UFC, UFCG, UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade da Geórgia, Universidade Federal do Cariri, Universidade Wageningen	30 a 02/12/2016	Centro de Treinamento do BNB Fortaleza-CE

6. Relatório Administrativo e Financeiro Anual - 2016

Em 2016, o CGEE concentrou seus esforços na redução de custos e na busca do equilíbrio financeiro, razão direta da diminuição dos valores repassados por intermédio do Contrato de Gestão. Nesse sentido, produziu uma forte desmobilização em seu quadro de pessoal, o qual foi combinado com um ajuste no perfil da equipe de trabalho, onde foi privilegiada a capacidade de execução interna como forma de desenvolver os trabalhos realizados no âmbito do Contrato de Gestão e de contratos administrativos.

Note-se, que apesar do aumento do valor absoluto - de R\$ 8,0 milhões para R\$ 11,6 milhões - verificado no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2016), maior em aproximadamente 45% do que foi contratado no 9º Termo Aditivo (2015), esse montante representou menos de 1/3 da média dos valores anuais contratados no período 2011 a 2014 (R\$ 36,4 milhões) e, ainda assim, não foi suficiente para manter a estrutura operacional do Centro, que foi obrigado a valer-se dos saldos acumulados de superávits anteriores e parte da reserva técnica para cumprir os compromissos já assumidos, garantindo o funcionamento da Instituição.

A manutenção dos trabalhos do CGEE em 2016 foi possível devido ao recebimento de parte do saldo remanescente do 8º Termo Aditivo - R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) - firmado em 2014, de responsabilidade do FNDC/FINEP e do recebimento do 9º Termo Aditivo, no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), cabendo registrar a importante contribuição que deram para a continuidade dos trabalhos os contratos administrativos mantidos com as empresas do setor elétrico para realização de estudos prospectivos, custeados com recursos de P&D da ANEEL, assim como o trabalho realizado para a Capes utilizando as ferramentas automatizadas de gestão de dados e informação desenvolvida pelo Centro. O volume total de recursos obtidos com contratos administrativos atingiu a cifra de R\$ 3,9 milhões em 2016, representado cerca de 23% do total de recursos recebidos no ano.

O ano encerrou-se com a assinatura, em 30.12.2016, do 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão onde foi admitido como interveniente o Ministério da Educação -

MEC, com a responsabilidade de repassar ao Centro o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), cabendo ao MCTIC a parcela restante de R\$ 6.595.310,00 (seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e trezentos e dez reais). O repasse desses recursos foi postergado para o início de 2017, embora estimativas iniciais indicassem o repasse parcial dos mesmos ainda em 2016.

6.1 Receitas

Os recursos financeiros ao ingressarem no CGEE são classificados segundo sua origem e, por consequência, determinam a forma como irão ser utilizados. Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais - Lei 9.637 de 15.05.1998 - os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e do Ministério da Educação - MEC, destinam-se ao fomento das atividades e a manutenção geral da Instituição. No ano de 2016 o CGEE recebeu recursos da FINEP constantes na programação de desembolso e do MCTIC relativos, respectivamente ao 8º e ao 9º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

Os recursos obtidos com Contratos Administrativos de Serviços objetivam custear a realização desses serviços e o reinvestimento de eventuais saldos apurados, em atividades vinculadas aos objetivos institucionais do Centro. A seguir identificamos essa classificação:

- I) **Fomento Público** por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e do Ministério da educação – MEC;
- II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes Instituições públicas ou privadas:

- a) AES Tietê S/A
- b) ANA - Agência Nacional de Águas;
- c) Banco Mundial;
- d) BAESA - Energética Barra Grande S/A;
- e) Campos Novos Energia S/A;
- f) CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- g) CEMIG Geração e Transmissão S/A;
- h) CESP Companhia Energ. de São Paulo;
- i) Companhia Sul Paulista de Energia;
- j) COPEL Distribuição S/A;
- k) COPEL Geração e Transmissão S/A;
- l) Growth Analysis
- m) LIGTH Serviços de Eletricidade S/A
- n) Ministério do Esporte
- o) PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A
- p) PNUMA - Programa das Nações Unidas
- q) Universidade Durham

III) **Aplicações no Mercado Financeiro;**

6.1.1 Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os contratos administrativos firmados com Instituições públicas ou privados, não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um quadro demonstrativo do fluxo de recursos previstos nesses contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor dos Contratos	(+/-) Cancelamentos/ Variações monetárias	(-) Faturado ou Recebido Até 2015	(-) Faturado ou Recebido Em 2016	(+) Notas Fiscais faturadas e Canceladas	(=) Crédito a Receber
AES Tiete S/A	510.527,27	0,00	61.673,89	322.958,61	51.195,60	177.090,37
ANA - Agência Nacional de Águas	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
Banco Mundial	76.500,00	0,00	0,00	76.500,00	0,00	0,00
BAESA – Energética Barra Grande S/A	255.263,64	0,00	30.836,94	130.258,45	5.870,68	100.038,93
CAPES – Fundação Coord de Aperf.	1.051.000,00	0,00	0,00	315.300,00	0,00	735.700,00
Campos Novos Energia S/A	255.263,64	0,00	30.836,94	130.258,45	5.870,68	100.038,93
CEMIG Geração e Transmissão S/A	510.527,27	0,00	61.673,89	248.775,49	0,00	200.077,89
CESP Companhia Energ. de São Paulo	2.042.109,09	0,00	308.369,42	1.431.151,26	72.336,30	374.924,71

Companhia Sul Paulista de Energia	510.527,27	0,00	39.173,88	304.123,13	32.847,63	200.077,89
COPEL Distribuição S/A	255.263,64	0,00	30.836,94	133.888,29	9.500,52	100.038,93
COPEL Geração e Transmissão S/A	255.263,64	0,00	30.836,94	147.501,44	11.619,91	88.545,17
Embaixada Britânica	166.098,00	126.222,44	292.320,44	0,00	0,00	0,00
Growth Analysis	118.800,00	0,00	0,00	30.800,00	0,00	88.000,00
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	510.527,27	0,00	39.173,88	294.263,02	0,00	177.090,37
Ministério do Esporte	9.855.000,00	(6.455.000,00)	2.690.000,00	0,00	0,00	710.000,00
PETROBRAS	510.527,27	0,00	0,00	0,00	0,00	510.527,27
PNUMA	317.088,00	0,00	0,00	262.525,00	0,00	54.563,00
UNIVERSIDADE DURHAM	41.155,41	0,00	31.751,52	0,00	0,00	9.403,89
Total Geral	17.311.441,41	(6.328.777,56)	3.647.484,68	3.898.303,14	189.241,32	3.626.117,35

No aspecto contábil, para a apuração do resultado do exercício de 2016 é utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2016	TOTAL
Contratos Administrativos	3.828.303,14
Total Geral	3.828.303,14

6.1.2 Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do ISS - Imposto Sobre Serviços. Este tributo é deduzido do valor dos recursos faturados. As notas fiscais canceladas também deduzem o faturamento global dessa modalidade. Segue abaixo os valores correspondentes ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
Imposto Sobre Serviços - ISS	181.953,11
Notas Fiscais Canceladas	189.241,32
Total Geral	371.194,43

6.1.3 Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro a seguir demonstra o montante de recursos que ingressaram no CGEE, em 2016, no âmbito do 8º e 9º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS CONTRATO DE GESTÃO 2016				
	2014/2015	2016		
Fonte de recurso	A receber	RECEBIMENTO EFETIVO		TERMO ADITIVO
Contrato de Gestão	Saldo remanescente	VALOR	DATA	8º TA
	5.000.000,00	1.000.000,00	28/01/16	
500.000,00		22/02/16		
500.000,00		26/02/16		
1.500.000,00		29/04/16		
1.000.000,00		14/06/16		
500.000,00		21/06/16		
FINEP	5.000.000,00	1.000.000,00	12/07/16	
		1.000.000,00	17/08/16	
		1.000.000,00	14/09/16	
		500.000,00	29/09/16	
		750.000,00	20/10/16	
		750.000,00	18/11/16	
		1.125.000,00	06/12/16	
		1.875.000,00	12/12/16	
MCTI	8.000.000,00	13.000.000,00		

Com relação aos créditos programados especificamente no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado no exercício de 2016, seu ingresso somente ocorrerá em 2017, tendo a seguinte distribuição:

RECURSOS - 11º Termo Aditivo ao CG			
Origem dos Recursos		Recebido	A receber
MCTIC	6.595.310,00	0,00	6.595.310,00
MEC	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
TOTAL	11.595.310,00	0,00	11.595.310,00

6.1.4 Recursos de Aplicações Financeiras e Outros

O CGEE realiza aplicações no mercado financeiro, de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações, as variações ativas e ainda os descontos obtidos de seus fornecedores produziram receitas conforme demonstrado a seguir:

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira	926.365,50
Variações Ativas	80,88
Descontos Obtidos	27.140,54
Total Geral	953.586,92

Durante o ano de 2016 o CGEE obteve ainda as outras receitas a seguir:

Receitas	Total
Patrocínio	70.000,00
Recuperação de despesas	228.054,93
Total Geral	298.054,93

6.1.5 Da Consolidação das Receitas

O ingresso total de recursos atingiu durante o ano de 2016 a cifra de R\$ 18.079.944,99 (dezoito milhões, setenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Recursos de Contratos Administrativos	3.828.303,14
Recursos do Contrato de Gestão	13.000.000,00
Recursos de Aplicações Financeiras/descontos	953.586,92
Outras Receitas	298.054,93
Total Geral	18.079.944,99

6.2 Dispêndios

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2016 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

a) Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionados com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

b) Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas - pessoa jurídica ou pessoa física - para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

c) Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis e reuniões de especialistas, palestras, etc.) para a consecução das diversas atividades do Centro.

d) Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação e outros.

e) Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, provisões para perdas, entre outras.

f) Depreciação e amortização

Despesas relacionadas ao desgaste de um bem ou direito pelo uso contínuo.

g) Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

6.2.1 Dos dispêndios realizados em 2016

Dispêndios	
Pessoal e encargos	15.512.382,78
Consultoria externa	2.652.974,59
Eventos de mobilização de competências	1.055.486,24
Manutenção administrativa	4.883.478,94
Outras despesas operacionais	437.920,87
Depreciação/Amortização	649.327,14
Total Geral	25.191.570,56
Investimentos do Exercício	40.410,91
Total de Dispêndios + Investimentos	25.231.981,47

6.2.2 Do Resultado do exercício e acumulado - Superávit/Déficit

O resultado consolidado do exercício de 2016 está demonstrado de forma resumida no quadro abaixo:

Resultado do Exercício	
Receitas do exercício	18.079.944,99
(-) Deduções das receitas - ISS - Cancelamento de Notas Fiscais	371.194,43
(-) Dispêndios do exercício	25.231.981,47
Déficit do Exercício 2016	-7.523.230,91

6.3 Demonstrativo consolidado do resultado do exercício por tipo de contrato.

Buscando demonstrar os saldos apurados pelo CGEE por tipo de contratação é apresentado a seguir um quadro síntese contendo a segregação do resultado operacional, tanto do Contrato de Gestão quanto dos Contratos Administrativos, considerando para esse fim o recurso efetivamente recebido do Contrato de Gestão e os recursos faturados dos Contratos Administrativos no ano de 2016.

Nesse quadro estão registradas ainda as expectativas de receita já contratadas, bem como, os compromissos de despesa também formalmente assumidos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERIODO 01/01/2016 A 31/12/2016				
RECEITAS	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Receitas Operacionais				
Créditos Recebidos	2014	5.000.000,00	3.828.303,14	
	2015	8.000.000,00		
Total de Receitas Operacionais		13.000.000,00	3.828.303,14	16.828.303,14
Outras Receitas				
Patrocínio			70.000,00	70.000,00
Receitas financeiras		720.846,92	232.740,00	953.586,92
Recuperação de Despesas		228.054,93	0,00	228.054,93
Total de Outras Receitas		948.901,85	302.740,00	1.251.641,85
Deduções das Receitas				
(-) Notas Fiscais Canceladas		0,00	-189.241,32	-189.241,32
Total Dedução das Receitas		0,00	-189.241,32	-189.241,32
TOTAL DE RECEITAS		13.948.901,85	3.941.801,82	17.890.703,67
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		11.595.310,00	3.626.117,35	15.221.427,35
DEDUÇÕES				
Despesas				
Pessoal e Encargos		14.101.539,05	1.410.843,73	15.512.382,78
Eventos, Diária, Passagens		662.051,97	393.434,27	1.055.486,24
Consultoria Externa		1.569.061,66	1.083.912,93	2.652.974,59
Manutenção Administrativa		4.430.724,42	452.754,52	4.883.478,94
Outras despesas operacionais		395.597,19	42.323,68	437.920,87
Depreciação e Amortização		648.034,41	1.292,73	649.327,14
Total Despesas		21.807.008,70	3.384.561,86	25.191.570,56
Outras Deduções				
ISS		0,00	181.953,11	181.953,11
Total Outras deduções		0,00	181.953,11	181.953,11
TOTAL DE DEDUÇÕES		21.807.008,70	3.566.514,97	25.373.523,67
Despesas / Compromissos - FUTURO		7.291.907,95	89.242,45	7.381.150,40
INVESTIMENTOS		40.410,91	0,00	40.410,91
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		-7.898.517,76	375.286,85	-7.523.230,91
Superavit/Deficit -Considerando Compromissos Futuros		-3.595.115,71	3.912.161,75	317.046,04

6.4 Da Movimentação Financeira dos Recursos

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada através de contas correntes e pela aplicação em fundos de investimento de Liquidez Imediata, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2016 correspondem a:

Banco do Brasil - AG: 1003-0	Valor
Conta Corrente - 435.002-2	0,00
Conta Corrente - 435.001-4	0,00
Conta Corrente - 435.006-5	301,70
Conta Corrente - 44.898-2	307,97
Conta Corrente - 47.367-7	556.81
Aplicação de Liquidez Imediata	4.922.028,94
Total	4.923.195,42

6.5 Da Evolução dos Números

O quadro a seguir apresenta o comportamento histórico de alguns números do CGEE que, de alguma forma, indiretamente evidenciam o volume de trabalho dispendido nas atividades de apoio ao funcionamento do Centro. Os números são uma consequência da redução na capacidade de investimento do Centro e demonstram o encolhimento da força de trabalho. O acréscimo verificou-se apenas no número de contratos firmados o qual é resultante do trabalho desenvolvido para as empresas do setor elétrico.

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de Empregados (em 31.12)	84	93	97	97	88	61
Registros Contábeis	25.785	30.639	33.719	32.824	28.810	25.662
Contratos Firmados	187	253	211	179	127	132
Dispêndios (R\$)	26.508.021,98	37.329.832,38	38.265.090,57	37.618.609,17	32.545.267,28	25.231.981,47

São anexos ao presente relatório os seguintes documentos:

Anexo I: Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas

Anexo II: Relatório dos Auditores Independentes

Anexo III: Parecer do Conselho Fiscal

Anexos

Anexo I - Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2016

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2016	2015		2016	2015
CIRCULANTE	18.136.299,59	27.388.857,76	CIRCULANTE	3.152.091,50	4.127.232,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.923.195,42	13.324.311,06	Encargos Sociais a Recolher	235.744,66	354.014,89
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	1.166,48	37.001,44	Encargos Tributários a Recolher	161.156,82	186.042,05
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	4.922.028,94	13.287.309,62	Fornecedores	275.349,40	576.477,40
OUTROS VALORES A RECEBER	13.213.104,17	14.064.546,70	Provisão para Férias e Encargos	1.080.034,23	1.238.441,85
Clientes	12.738.915,26	13.681.548,88	Provisão Contratos de Serviços	1.054.167,73	1.692.772,45
Adiantamento a Fornecedores	270.991,91	266.309,36	Outras contas a pagar	345.638,66	79.484,18
Impostos a Recuperar	59.796,30	49.286,30			
Adiantamento de férias	112.752,47	54.407,37			
Outros Créditos	2.582,23	1.172,60			
Despesas do Exercício Seguinte	28.066,00	11.822,19			
NÃO CIRCULANTE	988.801,94	1.598.895,09	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	15.973.010,03	24.860.520,03
IMOBILIZADO	930.603,07	1.398.496,14	RESERVAS	4.477.740,82	8.954.297,69
Bens Próprios com Restrição	3.898.176,16	4.050.082,85	Reserva Técnica - com Restrição	4.477.740,82	8.954.297,69
(-) Depreciações Acumuladas	(2.967.573,09)	(2.651.586,71)			
INTANGÍVEL	58.198,87	200.398,95	SUPERÁVIT ACUMULADOS	11.495.269,21	15.906.222,34
Sistemas Aplicativos - Software -com Restrição	1.430.651,77	1.390.240,86	Superávit de Exercícios Anteriores-com restrição	20.382.779,21	36.196.368,01
(-) Amortizações Acumuladas	(1.372.452,90)	(1.189.841,91)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
TOTAL DO ATIVO	19.125.101,53	28.987.752,85	TOTAL DO PASSIVO	19.125.101,53	28.987.752,85


MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2016
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2016	2015
(+) RECEITA BRUTA	15.721.668,07	9.986.165,24
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	11.595.310,00	8.000.000,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	228.054,93	251,00
Serviços Prestados a Terceiros	3.828.303,14	1.957.221,28
Doações e indenizações	0,00	28.692,96
Patrocínio	70.000,00	0,00
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO	15.721.668,07	9.986.165,24
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(371.194,43)	(96.920,68)
ISS sobre Faturamento	(181.953,11)	(96.920,68)
Cancelamento de Notas Fiscais	(189.241,32)	-
(=) RECEITA LÍQUIDA	15.350.473,64	9.889.244,56
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	(21.521.058,35)	(30.192.148,00)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.666.565,14)	(1.968.914,74)
Despesas com Pessoal e Encargos	(14.101.539,05)	(18.239.712,25)
Serviços de Terceiros	(1.569.061,66)	(4.807.353,21)
Alugueis e Arrendamentos	(2.764.159,28)	(3.113.801,09)
Impostos e Taxas	(64.605,28)	(52.144,97)
Diárias	(308.004,86)	(524.354,73)
Passagens	(349.646,11)	(656.224,55)
Promoções e Eventos	(4.401,00)	(69.467,64)
Outras Despesas Operacionais	(45.041,56)	(92.412,18)
Depreciações e Amortizações	(648.034,41)	(667.762,64)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(3.344.428,18)	(1.671.354,50)
Despesas Gerais e Administrativas	(289.311,35)	(53.218,78)
Despesas com Pessoal e Encargos	(1.410.843,73)	(393.623,61)
Serviços de Terceiros	(1.083.912,93)	(473.266,74)
Alugueis e Arrendamentos	(163.443,17)	(55.243,17)
Impostos e Taxas	-	(1.592,89)
Diárias	(126.195,02)	(22.913,75)
Passagens	(247.438,10)	(37.204,15)
Promoções e Eventos	(19.801,15)	(10.305,02)
Outras Despesas Operacionais	(2.190,00)	(2.818,67)
Depreciações e Amortizações	(1.292,73)	(1.292,72)
Perdas Estimadas de Créditos - PECLD	-	(619.875,00)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-9.515.012,89	-21.974.257,94
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	627.502,89	1.684.112,27
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(285.950,35)	(513.583,10)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(40.133,68)	(42.580,59)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	720.846,92	2.034.067,05
Receitas Financeiras - Outros Contratos	232.740,00	206.208,91
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente

CPF 096.769.418-32

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2016
CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	649.327,14	669.055,36
(+) Ajuste de exercícios anteriores	-	627.236,93
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	1.176,92	3.749,56
(+) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	619.875,00
 Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	942.633,62	18.757.297,08
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(4.682,55)	226.344,52
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(86.508,54)	6.190,50
 Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(143.155,46)	(107.830,05)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(301.128,00)	31.319,26
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(158.407,62)	(118.728,56)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(638.604,72)	(143.086,07)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	266.154,48	(241.301,43)
 Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(8.360.704,73)	39.976,43

2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2016	2015
(-) Compra do Ativo Imobilizado	-	(97.649,81)
(-) Compra do Ativo intangível	(40.410,91)	(27.951,28)
 Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(40.410,91)	(125.601,09)

AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.401.115,64)	(85.624,66)
--	-----------------------	--------------------

3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(8.401.115,64)	(85.624,66)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	13.324.311,06	13.409.935,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	4.923.195,42	13.324.311,06


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34



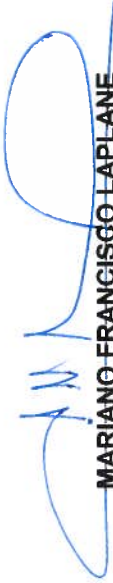
CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2016

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77
Incorporação do Superávit 2014	5.583.247,65	(5.583.247,65)		-
Ajuste Superávit Exercícios Anteriores	627.236,93			627.236,93
Transferência para Reserva Técnica	(2.203.888,87)		2.203.888,87	-
Déficit do Exercício		(20.290.145,67)		(20.290.145,67)
SALDO EM 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do Déficit 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67		-
Transferência para Reserva Técnica	4.476.556,87		(4.476.556,87)	-
Déficit do Exercício		(8.887.510,00)		(8.887.510,00)
SALDO EM 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03


MARIANO FRANCISCO LAPLANE
 Presidente
 CPF 096.769.418-32


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
 Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
 CPF 768.155.871-34

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(valores expressos em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2017. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

Para o ano de 2016, o volume de recursos financeiros previstos no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi superior ao orçamento de 2015 em 43,12%. Apesar desse expressivo acréscimo percentual o ano de 2016 não foi muito diferente de 2015, tendo todas as expectativas frustradas em face da escassez de recursos, exigindo a adoção de medidas mais energéticas para a redução de custos.

A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C, T & I e consequentemente restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “I” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, onde o instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

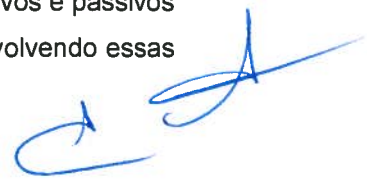
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas



estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas



úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2015.

3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.



3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2016	2015
Bancos/Caixa – Recursos com restrição -Contrato Administrativo	1.166,48	36.785,54
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	215,90
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos Administrativos	2.273.034,79	1.816.124,46
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contrato de Gestão	2.648.994,15	11.471.185,16
Total	4.923.195,42	13.324.311,06

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2016	2015
AES Tietê S/A	22.987,52	0,00
BAESA – Energética Barra Grande S/A	0,00	11.250,00
Campos Novos Energia S/A	0,00	11.250,00
CAPES – Fundação Coord.de Aperf.de Pessoal de Nível Superior	199.690,00	0,00
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	17.839,28	0,00
CESP Companhia Energética de São Paulo	204.133,98	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	17.839,28	0,00
COPEL Distribuição S/A	18.420,16	0,00
COPEL Geração e Transmissão S/A	1.993,24	0,00

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	0,00	5.000.000,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	40.826,80	39.173,88
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	6.595.310,00	8.000.000,00
ME – Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC – Ministério da Educação	5.000.000,00	0,00
(-) Perdas Estimadas	0,00	(619.875)
Total	13.358.790,26	13.681.548,88

No ano de 2016 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário, verificou-se que no ano de 2016 não há elementos que corroboram com a necessidade de constituição de provisão para perdas estimáveis.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

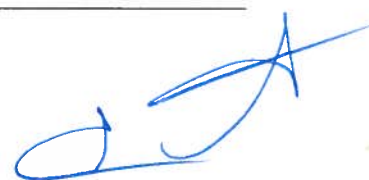
Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 270.991,91 (R\$ 266.309,36 – 2015).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2016	2015
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.941.596,33	2.093.503,02
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	354.399,94	354.399,94
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(2.967.573,09)	(2.651.586,71)
Subtotal do Imobilizado		930.603,07	1.398.496,14



Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%	1.430.651,77	1.390.240,86
(-) Amortizações		(1.372.452,90)	(1.189.841,91)
Subtotal do Intangível		58.198,87	200.398,95
Total do Imobilizado e Intangível		988.801,94	1.598.895,09

8. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

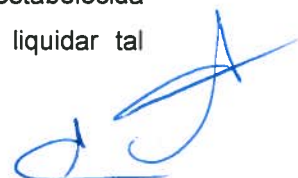
Fornecedores	2016	2015
ALELO – Companhia Brasileira de Soluções e Serviço	114.755,98	0,00
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	61.975,20	79.761,48
Centro Empresarial Parque Cidade	38.098,31	39.518,45
EXCEN – Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA	0,0	20.000,00
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	0,00	9.313,47
Icomunicação Integrada EIRELI – EPP	0,00	26.232,85
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	0,00	56.000,00
Office Administração e Serviços	35.420,16	32.782,97
Plugar Informações Estratégicas S/A	0,00	40.045,44
PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do BB	0,00	245.597,35
Outros Fornecedores	25.099,75	27.225,39
Totais	275.349,40	576.477,40

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2016 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.080.034,23 (R\$ 1.238.441,85 - 2015).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2016, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal



obrigação, foi apropriado em 2016 o valor correspondente a R\$ 1.054.167,73 a título de provisão (R\$ 1.692.772,45 – 2015).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2016	2015
Ressarcimento - Pessoal Cedido	58.342,06	28.321,68
Créditos a Compensar	65.658,41	51.162,50
Saldos bancários a compensar	221.638,19	0,00
Totais	345.638,66	79.484,18

- a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.
- b) Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.
- c) Saldos bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível



desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante.

De acordo com a Cláusula Sexta do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 4.477.740,82, neste exercício (R\$ 8.954.297,69– 2015).

13. RECEITAS

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2016 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 11.595.310,00 (R\$ 8.000.000,00 – 2015), escriturados no ativo circulante a receber.

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2016 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.828.303,14 (R\$ 1.957.221,28– 2015). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2016	2015
AES Tiete S/A	322.958,61	61.673,89
BAESA – Energética Barra Grande S/A	130.258,45	30.836,94
Banco Mundial	76.500,00	0,00
CAPES	315.300,00	0,00
CESP – Companhia Energética São Paulo	1.431.151,26	308.369,42
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	248.775,49	61.673,89
COPEL – Distribuidora S/A	133.888,29	30.836,94
COPEL – Geração e Transmissão S/A	147.501,44	30.836,94
Companhia Sul Paulista de Energia	304.123,13	39.173,88
Embaixada Britânica – Energy	0,00	10.602,20
Embaixada do Reino Unido da Suécia	30.800,00	0,00
ENERCAM – Campos Novos Energia S/A	130.258,45	30.836,94
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	294.263,02	39.173,88
Ministério do Esporte - ME	0,00	1.305.000,00
PNUMA	262.525,00	0,00
Universidade DURHAM	0,00	8.206,36
Agência Nacional de Águas	70.000,00	0,00
Totais	3.898.303,14	1.957.221,28

c) Receitas Financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2016 uma receita financeira de R\$ 953.586,92 (R\$ 2.240.275,96 – 2015), conforme discriminação a seguir:



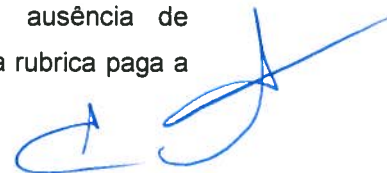
Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	694.056,00	232.309,50
Variáveis Monetárias Ativas	80,88	
Descontos Obtidos	26.710,04	430,50
Totais	720.846,92	232.740,00
Total Geral	953.586,92	

14. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 25.191.570,56 (R\$ 32.419.666,19 - 2015), sendo R\$ 21.807.008,70 (R\$ 30.705.731,10 - 2015) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.384.561,86 (R\$ 1.713.935,09 - 2015) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 588.588,79 (quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e oitenta e oito reais, setenta e nove centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2016;
- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.746.344,62 (um milhão, setecentos e quarenta e seis reais, trezentos e quarenta e quatro reais, sessenta e dois centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a



título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2016;

- d) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.381.150,40 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 3.626.117,35 que não configura no resultado do exercício em 2016, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2016.



MARIANO FRANCISCO LAPLANE
Presidente
CPF 096.769.418-32



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

Anexo II – Relatório dos Auditores Independentes

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS
ESTRATÉGICOS - CGEE**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos e relevantes déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Processos judiciais e administrativos

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 15, itens b. e c., às demonstrações contábeis, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos do processo da ação civil pública de improbidade administrativa e dos processos administrativos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de fevereiro de 2016, com modificação na opinião por limitação de escopo pelo não recebimento de determinadas confirmações com terceiros e as mesmas ênfases mencionadas na seção “Ênfase” desse relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de fevereiro de 2017.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido		31/12/2016	31/12/2015
Circulante	18.136.299,59	27.388.857,76	Circulante		235.744,66	354.014,89
Caixa e equivalente de caixa			Obrigações trabalhistas		161.156,82	186.042,05
Bancos/caixa - recursos com restrição	1.166,48	37.001,44	Obrigações tributárias		275.349,40	576.477,40
Aplicações financeiras - recursos com restrição	4.922.028,94	13.287.309,62	Fornecedores		1.080.034,23	1.238.441,85
	4.923.195,42	13.324.311,06	Provisões trabalhistas		1.054.167,73	1.692.772,45
			Provisão contratos de serviços		345.638,66	79.484,18
Outros valores a receber	12.738.915,26	13.681.548,88	Outras contas a pagar		3.152.091,50	4.127.232,82
Clientes			Circulante			
Adiantamentos a fornecedores	270.991,91	266.309,36				
Impostos a recuperar	59.796,30	49.286,30				
Adiantamento de férias	112.752,47	54.407,37				
Outros créditos	2.582,23	1.172,60				
Despesas do exercício seguinte	28.066,00	11.822,19				
	13.213.104,17	14.064.546,70				
Não circulante	988.802	1.598.895	Patrimônio social líquido		15.973.010,03	24.860.520,03
Imobilizado			Reservas		4.477.740,82	8.954.297,69
Bens Próprios com restrição	3.898.176,16	4.050.082,85	Reserva técnica - com restrição		4.477.740,82	8.954.297,69
(-) Depreciações acumuladas	(2.967.573,09)	(2.651.586,71)				
	930.603,07	1.398.496,14				
Intangível			Superávit acumulados			
Sistemas aplicativos - software - com restrição	1.430.651,77	1.390.240,86	Superávits de exercícios anteriores - com restrição		20.382.779,21	36.196.368,01
(-) Amortizações Acumuladas	(1.372.452,90)	(1.189.841,91)	Déficit/Superávit do exercício - com restrição		(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
	58.198,87	200.398,95			11.495.269,21	15.906.222,34
Total do ativo	19.125.101,53	28.987.752,85	Total do passivo e patrimônio líquido		19.125.101,53	28.987.752,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
(+) Receita Bruta	15.721.668,07	9.986.165,24
Com restrição		
Contrato de gestão	11.595.310,00	8.000.000,00
Recuperação de despesas/ressarcimento	228.054,93	251,00
Serviços prestados a terceiros	3.828.303,14	1.957.221,28
Doações e indenizações	0,00	28.692,96
Patrocínio	70.000,00	0,00
(=) Total receita com restrição	15.721.668,07	9.986.165,24
(-) Deduções da receita bruta	(371.194,43)	(96.920,68)
ISS Sobre faturamento	(181.953,11)	(96.920,68)
Cancelamentos de nota fiscal	(189.241,32)	-
(=) Receita líquida	15.350.473,64	9.889.244,56
(-) Despesas operacionais - contrato de gestão	(21.521.058,35)	(30.192.148,00)
Despesas gerais e administrativas	(1.666.565,14)	(1.968.914,74)
Despesas com pessoal e encargos	(14.101.539,05)	(18.239.712,25)
Serviços de terceiros	(1.569.061,66)	(4.807.353,21)
Alugueis e arrendamentos	(2.764.159,28)	(3.113.801,09)
Impostos e taxas	(64.605,28)	(52.144,97)
Diárias	(308.004,86)	(524.354,73)
Passagens	(349.646,11)	(656.224,55)
Promoções e eventos	(4.401,00)	(69.467,64)
Outras despesas operacionais	(45.041,56)	(92.412,18)
Depreciações e amortizações	(648.034,41)	(667.762,64)
(-) Despesas operacionais - outros contratos	(3.344.428,18)	(1.671.354,50)
Despesas gerais e administrativas	(289.311,35)	(53.218,78)
Despesas com pessoal e encargos	(1.410.843,73)	(393.623,61)
Serviços de terceiros	(1.083.912,93)	(473.266,74)
Alugueis e arrendamentos	(163.443,17)	(55.243,17)
Impostos e taxas	-	(1.592,89)
Diárias	(126.195,02)	(22.913,75)
Passagens	(247.438,10)	(37.204,15)
Promoções e eventos	(19.801,15)	(10.305,02)
Outras despesas operacionais	(2.190,00)	(2.818,67)
Depreciações e amortizações	(1.292,73)	(1.292,72)
Perdas Estimadas de Créditos (PECLD)	-	(619.875,00)
(=) Resultado operacional bruto	(9.515.012,89)	(21.974.257,94)
(+/-) Resultado financeiro	627.502,89	1.684.112,27
Despesas financeiras - Contrato de gestão	(285.950,35)	(513.583,10)
Despesas financeiras - Outros contratos	(40.133,68)	(42.580,59)
Receitas financeiras - Contrato de gestão	720.846,92	2.034.067,05
Receitas financeiras - Outros contratos	232.740,00	206.208,91
Superávit/Déficit do Exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	2016	2015
Superávit/(Déficit) do exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77
Incorporação do superávit de 2014	5.583.247,65	(5.583.247,65)	-	-
Ajuste superávit exercícios anteriores	627.236,93	-	-	627.236,93
Transferência para reserva técnica	(2.203.888,87)	-	2.203.888,87	-
Déficit do exercício	-	(20.290.145,67)	-	(20.290.145,67)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do superávit de 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67	-	-
Transferência para reserva técnica	4.476.556,87	-	(4.476.556,87)	-
Déficit do exercício	-	(8.887.510,00)	-	(8.887.510,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
1 - Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro ou prejuízo do exercício	(8.887.510,00)	(20.290.145,67)
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(+) Depreciação e amortização	649.327,14	669.055,36
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-	627.236,93
(+) Perdas por baixa de bens insensíveis	1.176,92	3.749,56
(+) Perdas Estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	619.875,00
Variação nos saldos dos ativos		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	942.633,62	18.757.297,08
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(4.682,55)	226.344,52
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	(86.508,54)	6.190,50
Variação nos saldos dos passivos		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	(143.155,46)	(107.830,05)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(301.128,00)	31.319,26
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(158.407,62)	(118.728,56)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(638.604,72)	(143.086,07)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	266.154,48	(241.301,43)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	(8.360.704,73)	39.976,43
2 - Fluxos de caixa das atividades de investimentos	2.016,00	2.015,00
(-) Compra do ativo imobilizado	-	(97.649,81)
(-) Compra do ativo intangível	(40.410,91)	(27.951,28)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(40.410,91)	(125.601,09)
Aumento/Diminuição líquido do caixa e equivalentes de caixa	(8.401.115,64)	(85.624,66)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.324.311,06	13.409.935,72
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.923.195,42	13.324.311,06
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(8.401.115,64)	(85.624,66)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

1. Contexto operacional

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília - DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2017. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

Para o ano de 2016, o volume de recursos financeiros previstos no 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão foi superior ao orçamento de 2015 em 43,12%. Apesar desse expressivo acréscimo percentual, o ano de 2016 não foi muito diferente de 2015, tendo todas as expectativas frustradas em face da escassez de recursos, exigindo a adoção de medidas mais energéticas para a redução de custos.

A despeito disso, o Centro conseguiu cumprir a contento os compromissos contratuais fixados para o exercício. A expectativa é que nos próximos anos essa situação seja alterada e possa ser recuperada a capacidade de investimento em C, T & I e, consequentemente, restabelecidas as condições para que a Instituição possa responder as demandas maiores da sociedade brasileira.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei nº 9.637/98, na qual estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de maneira a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, nas quais o instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

3. Principais práticas e diretrizes contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “*pro rata temporis*” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3. Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

3.7. Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -(CPC), vigentes no exercício de 2015.

3.8. Receita operacional - serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado, com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2016	2015
Bancos/Caixa - Recursos com restrição - Contrato Administrativo	1.166,48	36.785,54
Bancos/Caixa - Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	215,90
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com restrição - Contratos Administrativos	2.273.034,79	1.816.124,46
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com Restrição - Contrato de Gestão	2.648.994,15	11.471.185,16
Total	4.923.195,42	13.324.311,06

5. Contas a receber

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2016	2015
AES Tietê S/A	22.987,52	0,00
BAESA - Energética Barra Grande S/A	0,00	11.250,00
Campos Novos Energia S/A	0,00	11.250,00
CAPES - Fundação Coord.de Aperf.de Pessoal de Nível Superior	199.690,00	0,00
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	17.839,28	0,00
CESP Companhia Energética de São Paulo	204.133,98	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	17.839,28	0,00
COPEL Distribuição S/A	18.420,16	0,00
COPEL Geração e Transmissão S/A	1.993,24	0,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	0,00	5.000.000,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	40.826,80	39.173,88
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	6.595.310,00	8.000.000,00
ME - Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC - Ministério da Educação	5.000.000,00	0,00
(-) Perdas Estimadas	0,00	(619.875)
Total	13.358.790,26	13.681.548,88

No ano de 2016, foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário, verificou-se que no ano de 2016 não há elementos que corroboram com a necessidade de constituição de provisão para perdas estimáveis.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

6. Adiantamento a fornecedores

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 270.991,91 (R\$ 266.309,36 - 2015).

7. Imobilizado e intangível

Na análise dos indicadores internos e externos, não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e, consequentemente, registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado ("*impairment*").

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de depreciação	2016	2015
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.941.596,33	2.093.503,02
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e equipamentos de escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de audiovisual	20%	354.399,94	354.399,94
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(2.967.573,09)	(2.651.586,71)
Subtotal do imobilizado		930.603,07	1.398.496,14
Intangível			
Sistemas aplicativos - Software	20%-100%	1.430.651,77	1.390.240,86
(-) Amortizações		(1.372.452,90)	(1.189.841,91)
Subtotal do intangível		58.198,87	200.398,95
Total do imobilizado e intangível		988.801,94	1.598.895,09

8. Fornecedores

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Fornecedores	2016	2015
Companhia Brasileira de Soluções e Serviço (ALELO)	114.755,98	0,00
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	61.975,20	79.761,48
Centro Empresarial Parque Cidade	38.098,31	39.518,45
Centro de Excelência em Eficiência Energética LTDA (EXCEN)	0,0	20.000,00
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços LTDA	0,00	9.313,47
Icomunicação Integrada EIRELI (EPP)	0,00	26.232,85
IEI-LA Escritório Regional do International Energy Initiative	0,00	56.000,00
Office Administração e Serviços	35.420,16	32.782,97
Plugar Informações Estratégicas S/A	0,00	40.045,44
Caixa de Previdência dos Funcionários do BB (PREVI)	0,00	245.597,35
Outros fornecedores	25.099,75	27.225,39
Totais	275.349,40	576.477,40

9. Provisão de férias e encargos sociais

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE, mantém-se em 2016 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.080.034,23 (R\$ 1.238.441,85 - 2015).

10. Provisão contratos de bens e serviços

Para os contratos firmados no período de vigência até 2016, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos, e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual, diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2016 o valor correspondente a R\$ 1.054.167,73 a título de provisão (R\$ 1.692.772,45 - 2015).

11. Outras contas a pagar

	2016	2015
Ressarcimento - Pessoal cedido	58.342,06	28.321,68
Créditos a compensar	65.658,41	51.162,50
Saldos bancários a compensar	221.638,19	0,00
Totais	345.638,66	79.484,18

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

- a) **Provisão ressarcimento pessoal cedido** - devido à contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE, foi acordada a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.
- b) **Créditos a compensar/desconto em folha** - valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.
- c) **Saldo bancários a compensar/agendados** - referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

12. Patrimônio social líquido

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei nº 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Desta forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante.

De acordo com a Cláusula Sexta do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reserva Técnica de R\$ 4.477.740,82, neste exercício (R\$ 8.954.297,69- 2015).

13. Receitas

- a) **Contrato de Gestão** - o CGEE registrou no exercício de 2016 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 11.595.310,00 (R\$ 8.000.000,00 - 2015), escriturados no ativo circulante a receber.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

- b) **Contratos Administrativos** - a receita registrada no ano de 2016 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.828.303,14 (R\$ 1.957.221,28- 2015). Demonstrados no quadro a seguir:

Quadro de receitas de contratos administrativos

Contratantes	2016	2015
AES Tiete S/A	322.958,61	61.673,89
BAESA - Energética Barra Grande S/A	130.258,45	30.836,94
Banco Mundial	76.500,00	0,00
CAPES	315.300,00	0,00
Companhia Energética São Paulo (CESP)	1.431.151,26	308.369,42
Geração e Transmissão S/A (CEMIG)	248.775,49	61.673,89
Distribuidora S/A (COPEL)	133.888,29	30.836,94
Geração e Transmissão S/A (COPEL)	147.501,44	30.836,94
Companhia Sul Paulista de Energia	304.123,13	39.173,88
Embaixada Britânica (Energy)	0,00	10.602,20
Embaixada do Reino Unido da Suécia	30.800,00	0,00
Campos Novos Energia S/A (ENERCAM)	130.258,45	30.836,94
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	294.263,02	39.173,88
Ministério do Esporte (ME)	0,00	1.305.000,00
PNUMA	262.525,00	0,00
Universidade DURHAM	0,00	8.206,36
Agência Nacional de Águas	70.000,00	0,00
Totais	3.898.303,14	1.957.221,28

- c) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2016 uma receita financeira de R\$ 953.586,92 (R\$ 2.240.275,96 - 2015), conforme discriminação a seguir:

Aplicações financeiras e outras receitas	Contrato de gestão	Outros recursos
Aplicações Financeiras	694.056,00	232.309,50
Variáveis Monetárias Ativas	80,88	
Descontos Obtidos	26.710,04	430,50
Totais	720.846,92	232.740,00
Total Geral		953.586,92

14. Despesas

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 25.191.570,56 (R\$ 32.419.666,19 - 2015), sendo R\$ 21.807.008,70 (R\$ 30.705.731,10 - 2015) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.384.561,86 (R\$ 1.713.935,09 - 2015) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em Reais)

15. Outras informações

- a) **Seguros** - o CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação civil pública** - consta um processo de ação civil pública de Improbidade Administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103, ajuizado pelo Ministério Público Federal, no qual o CGEE é citado como réu às penas previstas na lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais- INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 588.588,79. Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31 de dezembro de 2016.
- c) **Fiscalização** - constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10 de dezembro de 2010, compreendendo o período fiscalizado de janeiro de 2007 a dezembro de 2008, no valor total atualizado de R\$ 1.746.344,62 e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31 de dezembro de 2016;
- d) **Compromissos e créditos futuros** - o CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.381.150,40 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 3.626.117,35 que não configura no resultado do exercício em 2016, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Mariano Francisco Laplane
Presidente
CPF 096.769.418-32

Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Contadora CRC-TO 000625/O-4 - S - DF
CPF: 768.155.871-34

Anexo III – Parecer do Conselho Fiscal



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

Parecer do Conselho Fiscal

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2017, na sede do CGEE, foi realizada a quadragésima sexta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 17 de fevereiro de 2017.

José Roberto Alves Corrêa
Presidente



Antonio Alberto Pinheiro
Conselheiro